

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Perdas como numa guerra** ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Economia não vê como bancar obra cortando aposentadoria** ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**STF valida tributação sobre depósito bancário** ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

**Mais solidariedade e menos cinismo - EIXO CAPITAL** ..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

**Queda na longevidade provocada pela pandemia afeta políticas públicas** ..... 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

**O calvário das reformas (2)** ..... 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

**Trabalho em casa persistirá, mas aliado ao presencial (3)** ..... 15

O GLOBO - RJ - MUNDO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Colômbia muda projeto de reforma tributária** ..... 16

VALOR ONLINE - VALOR INVESTE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Relator da reforma tributária deve apresentar parecer nesta segunda-feira** ..... 18

VALOR ONLINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**CPI da Covid, balanços, Selic e dados dos EUA agitam semana quente do investidor (Bolsas e índices)** ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Pacote do GDF prevê desoneração tributária - CAPITAL S/A** ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Banco Central prepara relatório prevendo moeda digital até 2022** ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**A classe média e o centro político (3)** ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Plano de ajuda ao turismo está nas mãos de Bolsonaro** ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Vetos presidenciais, liberdade de imprensa e democracia (2) ..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Sinais mistos na prévia da inflação (3) ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
ECONOMIA

Brasileiros têm "vida normal" no exterior após lockdown e vacinação ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Copom deve subir novamente a Selic (2) ..... 32

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Envelhecer antes de enriquecer - DEMETRIO MAGNOLI ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Pandemia é fator de aumento de risco fiscal em 2022, aponta PLDO ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Economia deve crescer 2,1% neste ano, estima Cemap ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Incerteza política sobre planos de Biden pode elevar déficit nos EUA ..... 39

# Perdas como numa guerra

Analistas reconhecem que ainda é cedo para ter dados precisos sobre os impactos da pandemia da covid-19 na economia e a redução da expectativa de vida do brasileiro, mas não descartam a magnitude de uma guerra sem precedentes.

O economista e consultor Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), avalia que os impactos das mortes pela doença ainda são difíceis de calcular e podem ser piores do que os de um conflito armado. "Na guerra, morrem, especialmente, pessoas mais jovens e que ainda não entraram no mercado de trabalho. Agora, em uma situação como a covid-19, havia uma mortalidade maior entre os idosos, mas, atualmente, podemos considerar que 50% dos óbitos são de pessoas que estão dentro do mercado de trabalho", alerta.

Ele lembra que não existem dados mais aprofundados com o agravamento da covid-19 no país neste início de ano. Além disso, um fato preocupante é que cada vez mais jovens estão morrendo por conta das novas variantes do vírus. "Muitos desses óbitos são de contribuintes da **Previdência Social** e, certamente, a arrecadação está caindo ou deverá cair mais. No frigar dos ovos, é uma notícia muito ruim em todos os sentidos", completa.

Procurado, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) informou que ainda não tem um levantamento sobre os cancelamentos de aposentadorias e a respeito da queda na receita devido às mortes por covid-19.

## Dependência

Ecio Costa, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também chama a atenção para a constatação de que quase a metade dos 400 mil mortos pela covid-19 no país é de aposentados. "Há um número elevado de idosos morrendo, e nos estados do Norte e do Nordeste existem muitas famílias que dependem das aposentadorias. Essa perda, em números tão elevados, é uma preocupação não apenas para a economia, mas para aquelas famílias que ficarão sem a pensão", ressalta.

Na avaliação de Rabello de Castro, o fato de o Brasil ter ultrapassado a marca de 400 mil mortes recentemente e poder chegar, em breve, a 600 mil,

segundo previsões de especialistas, provocará perdas expressivas para a economia. Pelas estimativas dele, considerando que para cada vida interrompida estaria associada uma "riqueza" perdida de R\$ 200 mil - valor acumulado da aposentadoria da maioria - e que, quando o país chegar a 500 mil mortos um número parecido de pessoas podem ter ficado debilitadas, o prejuízo deve girar em torno de R\$ 200 bilhões, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"É lícito fazer a conta com um milhão de pessoas, porque haverá um grande número delas que deve ficar com sequelas da covid-19", justifica Rabello de Castro. Ele ressalta que esses valores representam um esforço de quantificação do valor das vidas perdidas ou prejudicadas e não um efeito econômico em termos de paralisia de atividades, interrupção de escolarização ou treinamentos, por exemplo. (RH) "Há um número elevado de idosos morrendo, e nos estados do Norte e do Nordeste existem muitas famílias que dependem das aposentadorias. Essa perda, em números tão elevados, é uma preocupação não apenas para a economia, mas para aquelas famílias que ficarão sem a pensão" Ecio Costa, professor do Departamento de Economia da UFPE

# Economia não vê como bancar obra cortando aposentadoria

*Thiago Resende Brasília*

O time do ministro Paulo Guedes (Economia) afirma não ver espaço para um novo corte em despesas obrigatórias, especialmente com aposentadoria e benefícios da **Previdência Social**, neste ano.

A proposta de reduzir a projeção desses gastos para retomar a verba para obras e ações na área de meio ambiente tem sido articulada pela ala política do governo com o Congresso, que deve votar nesta semana um projeto de alterações no Orçamento de 2021.

Para resolver o impasse, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou cerca de R\$ 20 bilhões em despesas e bloqueou outros R\$ 9 bilhões de gastos, que serão liberados se houver dinheiro ao longo do ano.

Os valores foram decididos em um acerto político, que teve aval de Guedes, mas a escolha dos programas afetados não esteve neste acordo, o que desagradou membros do governo.

No Ministério de Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, os vetos ameaçam, por exemplo, paralisar obras de habitações populares, saneamento e ações de prevenção a desastres.

A ala política do governo quer evitar a interrupção desses projetos e garantir a ampliação da verba para o Ministério do Meio Ambiente, cujo titular é Ricardo Salles, prometida por Bolsonaro. A saída negociada é usar um projeto que rearranja o Orçamento de 2021 ou mesmo derrubar parte dos vetos de Bolsonaro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu declarações nesta sexta-feira (30) na mesma linha desse grupo: a favor da retomada de recursos para as pastas de Marinho, Salles, além do Censo e outros ministros que foram afetados pelos cortes.

Técnicos da Economia dizem que a solução então precisa ser um remanejamento entre verbas de diferentes ministérios ao longo deste ano, quando for encontrado um alívio no Orçamento. Ou seja, um rearranjo dentro da parte não obrigatória, que são as chamadas despesas discricionárias.

Mesmo um corte nessa área, seria arriscado neste momento, na avaliação da pasta, pois causaria um risco de shutdown -quando há paralisação de serviços públicos. Esses gastos envolvem o funcionamento da máquina pública e investimentos em infraestrutura.

O problema, segundo integrantes do time de Guedes, é que as projeções de despesas discricionárias e a de obrigatórias já estão próximas do limite considerado prudente.

Para evitar o estouro do teto de gastos -regra que limita os gastos à **inflação**-, há inclusive o bloqueio de R\$ 9 bilhões de recursos para diversas pastas, como Educação e Desenvolvimento Regional.

Uma ideia debatida pela ala política é ampliar o pente-fino nos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O gasto da Previdência cairia com o combate a fraudes. Mas técnicos do Ministério da Economia descartam a viabilidade de, em plena pandemia, adotar novo pente-fino. Por isso, eles não veem margem para redução nos gastos previstos com Previdência em 2021.

Em entrevista ao canal da ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu) nesta sexta, Lira afirmou que, na próxima terça-feira (4), o Congresso deve votar um projeto para ajuste do Orçamento, que, segundo ele, sofreu cortes que foram inadequados.

O presidente da Câmara citou especificamente a tesourada no programa Minha Casa Minha Vida, em pesquisa de vacina contra a Covid-19, no Censo de 2021, na agricultura e em serviços essenciais.

"Nós, da Câmara, demonstramos à parte técnica do governo que poderíamos fazer diversos ajustes porque o Orçamento é uma peça autorizativa, de modo que deixasse esses setores que são primordiais, essenciais para o Brasil, tanto o setor produtivo, como esses assuntos, como casa própria, construção pela metade, isso não existe no Brasil do século 21", disse.

O projeto mencionado por Lira prevê o envio de aproximadamente R\$ 20 bilhões para **Previdência Social**, seguro-desemprego, benefícios sociais e subsídios. Esse espaço foi aberto no Orçamento após os vetos de Bolsonaro a ações de alguns ministérios.

A estratégia da ala política tem sido assar esse projeto para reverter alguns vetos e garantir obras e recursos para Salles. A Economia, porém, quer a aprovação integral da proposta, sem alterações. Técnicos do Congresso alertam que, antes de o projeto ser votado, é necessário analisar os vetos.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**16**

# STF valida tributação sobre depósito bancário

**Joice Bacelo Do Rio**

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou a incidência do Imposto de Renda (IR) sobre depósitos bancários. A decisão vale para os casos em que a **Receita Federal** presume que tais valores tratavam-se de receita ou faturamento e houve uma omissão por parte da pessoa física ou jurídica. Para escapar da cobrança, o contribuinte é quem precisará provar que essas quantias não representaram ganhos.

Advogados dizem que as autuações com base nos depósitos bancários ganharam força depois que os ministros, no ano de 2016, permitiram a transferência de informações entre as instituições financeiras e a **Receita Federal**.

Quando verifica que há diferença entre os valores tributados e as movimentações financeiras de determinada pessoa ou empresa, a fiscalização intima esse contribuinte a apresentar extratos bancários. Se os documentos não forem entregues, então, há a opção de buscar os dados diretamente com as instituições financeiras.

Nesse caso, o contribuinte é intimado a comprovar a origem dos depósitos feitos em sua conta bancária. Caso não apresente a comprovação ou as provas sejam rejeitadas, haverá autuação com base na presunção de que aqueles depósitos são receitas tributáveis. A pessoa física fica sujeita ao Imposto de Renda somente, já as empresas respondem por IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Os ministros analisaram esse tema por meio do Plenário Virtual. O julgamento terminou na sexta-feira e tem repercussão geral (RE 855649). O recurso foi apresentado por um contribuinte pessoa física.

Segundo consta no processo, um casal atuava como uma espécie de factoring e as movimentações financeiras na conta corrente, que era conjunta, decorreram de depósitos em cheques, dinheiro ou títulos oriundos de clientes.

O contribuinte alega que a quantia, portanto, não era dele. Mas, para a **Receita Federal**, a comprovação da origem dos valores não foi "satisfatoriamente esclarecida". Ele foi autuado, com base nas demonstrações financeiras, presumindo-se ter havido

a omissão de receitas.

Essa discussão se dá em torno do artigo 42 da Lei nº 9.430, de 1996. Consta nesse dispositivo que "caracterizam-se omissão de receita ou de rendimento os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa física ou jurídica, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações".

O advogado Paulo Gomes de Souza, que atua para o contribuinte no caso, pediu aos ministros que esse artigo fosse declarado inconstitucional. "Por inobservância do princípio da capacidade contributiva e da inexistência de lei complementar para a regulamentação do fato gerador do Imposto de Renda", diz em vídeo enviado à Corte.

De acordo com ele, antes da lei de 1996, os auditores da **Receita Federal** se preocupavam em demonstrar a ocorrência do acréscimo patrimonial ao lançar as cobranças. Depois da lei, afirma, passaram a entender que estavam desobrigados a investigar a respeito do fato gerador de imposto.

Já Flávia Palmeira de Moura Coelho, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), argumentou aos ministros que o artigo 42 não instituiu uma tributação sobre os depósitos bancários. "O que fez foi permitir a tributação sobre um acréscimo patrimonial que não foi declarado pelo contribuinte", diz ela também em vídeo.

A procuradora acrescenta que os depósitos bancários "são um indício de que há omissão de rendimento" e que o artigo 42 "impõe um ônus probatório ao contribuinte". Não haveria, portanto, segundo a PGFN, nenhuma inconstitucionalidade nas cobranças.

O relator do caso, ministro Marco Aurélio, votou contra a tributação. Ele considerou, como questão principal, a inversão do ônus da prova. "Não cabe presumir o excepcional, ou seja, que todos são sonegadores. Cumpre ao Fisco averiguar se há, por trás dos indícios, a riqueza suspeitada, a real percepção de renda, a ensejar imposto", afirma em seu voto. Somente Dias Toffoli, no entanto, acompanhou o entendimento. A maioria seguiu a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes. Ele, assim como a

PGFN, entende que não houve, com o artigo 42 da Lei nº 9.430, a ampliação do fato gerador do Imposto de Renda. "Ao contrário, trouxe apenas a possibilidade de se impor a exação quando o contribuinte, embora intimado, não conseguir comprovar a origem de seus rendimentos", diz no voto.

Pensar diferente, segundo Moraes, "permitira a vedação à tributação de rendas cuja origem não foi comprovada, na contramão de todo o sistema tributário nacional, em violação aos princípios da igualdade e da isonomia".

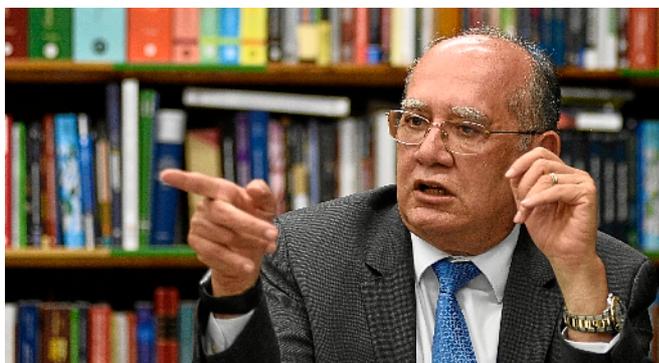
Especialista em tributação, Raphael Lavez, sócio do Rivitti e Dias Advogados, avalia que a inversão do ônus da prova - aceita pelos ministros do STF-coloca o contribuinte numa situação de vulnerabilidade. "Porque uma coisa é ele ter que provar a origem do recurso, outra é se a **Receita Federal** vai aceitar", afirma.

A maioria das justificativas dos contribuintes, nesses casos dos depósitos, segundo o advogado, são os contratos de empréstimo - uma situação que não gera receita, já que a pessoa ou empresa é obrigada a devolver o dinheiro. E ele chama a atenção que a **Receita Federal** não aceita, por exemplo, os contratos de mútuo que não estejam registrados em cartório. "Só que na Lei de Registros Públicos, o contrato de mútuo não consta entre os que precisam ser registrados", complementa.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186838](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186838)

# Mais solidariedade e menos cinismo - EIXO CAPITAL



**ANA MARIA CAMPOS**

Entrevista / gilmar mendes

Ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a pandemia conta uma história e deixa lições. Impossível passar por ela e não ver uma imensa janela aberta, mostrando a realidade que descortina um Brasil em pleno luto: "A pandemia escancarou erros e omissões históricas do Estado brasileiro na área social". Não só isso. Para ele, fica demonstrada de forma inequívoca a importância da ciência e a necessidade ampliar investimentos no setor.

Lamentando a marca de mais de 400 mil mortos por covid-19, o ministro percebe que a dimensão absurda que a pandemia tomou no Brasil não se deve apenas a uma questão de agilidade: "Olhando para tudo que foi feito até agora, é possível dizer que não foi apenas uma questão de decisões tomadas fora do tempo ideal. Há uma série de outras questões que nos conduziram a essa tragédia." Seria fundamental, a seu ver, a consistência da atuação do governo, a coordenação entre órgãos, o respeito aos critérios técnicos e à ciência, a boa comunicação com a população. Nesta entrevista à coluna, o ministro também fala sobre as adaptações da Justiça frente à pandemia, a tecnologia, a noção de prazer e o conceito de liberdade. Acredita que é preciso manter acesa a esperança. E, no fim de tudo, haverá algo de positivo: "Entendo que ficará o legado e o exemplo daqueles que renunciaram a vários prazeres da vida em prol de um objetivo maior, que foi o de salvar vidas".

Como a Justiça e o Direito se adaptaram para as novas demandas da sociedade diante da pandemia? É preciso falar, aqui, que o Direito e a Justiça tiveram que se adaptar sob dois aspectos. O primeiro deles, é

claro, foi a necessidade de manter as atividades do Judiciário mesmo no contexto da pandemia. Vimos uma atuação bastante relevante de todos os tribunais para possibilitar julgamentos, despachos, audiências, em suma, toda sorte de atos necessários à jurisdição em meio virtual. Felizmente, o nosso Judiciário já contava em grande medida com estrutura para tanto, dada a difusão do processo eletrônico nos tribunais do país. O segundo aspecto tem relação com o próprio modo de fazer da atividade jurisdicional. Vimos o impacto da pandemia nas próprias demandas que chegam ao Judiciário. E, nesse caso, um dos grandes desafios foi responder a uma série de questões jurídicas, de certo modo, inéditas. No início da pandemia, não se sabia a dimensão real do problema. Foi necessária uma grande sensibilidade do sistema de Justiça para enfrentar essas situações que se multiplicaram em todo o país. Como lidar com contratos durante esse período? Como fica a questão de eventuais inadimplementos por pessoas e empresas severamente impactadas pelas medidas restritivas? Como devem ser tratados os presos, principalmente os pertencentes aos grupos de riscos, nesse período? Essas foram algumas das questões que os Tribunais tiveram que responder. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, tivemos uma série de ações sobre temas relevantíssimos da pandemia. Diante dos conflitos entre estados e União, principalmente, o tribunal conseguiu delinear importantes diretrizes para a atuação desses entes. Retirou-se também as amarras financeiras e fiscais para as ações de combate à covid-19 e de socorro à população mais severamente atingida. Atuamos, inclusive, no âmbito das vacinas.

Como a pandemia pode reforçar os valores humanistas da sociedade? A pandemia mostrou a importância da ação coletiva e da união das pessoas. Acredito que, neste momento, foram reforçados os laços de solidariedade e respeito e abandonadas posturas egoístas. É claro que houve infelizes casos de desrespeito às medidas de contenção ao vírus. Mas, no geral, entendo que ficará o legado e o exemplo daqueles que renunciaram a vários prazeres da vida em prol de um objetivo maior, que foi o de salvar vidas.

É possível ter um olhar poético diante desse momento difícil? Como faz para aliviar a tensão? Acredito que seja difícil diante de tanto sofrimento, mas é

importante manter, na medida do possível, a esperança. Para aliviar a tensão eu tento manter a rotina de trabalho no Supremo e no IDP, como professor. Além disso, busco me exercitar e me manter atualizado nos livros. O que mudou na sua rotina neste ano de pandemia? Não se pode negar o fenômeno das "lives". Esse momento nos mostrou que podemos quebrar a barreira da distância - e, aqui, a tecnologia assume um importante papel - através de eventos on-line. Tenho participado de inúmeros e frutuosa debates na modalidade virtual. Até mesmo, passei por uma situação inusitada de, sem querer, soltar uma reclamação ao final de um desses encontros virtuais. O constrangimento, de alguma maneira, deu lugar à piada. Além disso, vemos, é claro, que houve uma completa mudança na dinâmica do Supremo. Os julgamentos virtuais ganharam maior relevo, e as sessões por videoconferência inauguraram uma nova era não só no STF, mas em todo o Poder Judiciário. Com certeza, sem os avanços tecnológicos, nada disso seria possível e, nesse particular, devemos celebrar essas inovações que permitiram que os tribunais continuassem em pleno funcionamento.

Como ficam as grandes questões da humanidade no pós-pandemia? Acredito que a pandemia não vá alterar o que podemos dizer como as "grandes questões da humanidade". Mas é certo que ela impactará a forma como as enxergamos. A covid-19 escancarou diversos de nossos problemas e criou novos olhares para analisá-los. Um exemplo claro é o de como tratamos questões tão relevantes como a desigualdade social, a desigualdade entre países e o próprio nacionalismo e todas suas implicações. Diante de uma ameaça global, na qual o descontrole da pandemia em um país pode gerar mutações mais agressivas e resistentes, é evidente que o debate sobre esses temas será afetado. Talvez a pandemia traga a eles uma perspectiva mais solidária e menos cínica. Outro caso interessante é o da liberdade, tema que sempre esteve presente nos mais diversos momentos históricos. Vejo o tanto que a pandemia da covid-19 deu a essa questão novas perspectivas. Refiro-me aqui às variadas discussões que surgiram a partir do tema liberdade, como a de locomoção, a de se vacinar (ou não), a de se manifestar (em redes sociais ou não), a de celebrar cultos, como vimos recentemente.

Que ensinamento este momento nos deixa?

Acredito que, enquanto sociedade, a covid-19 nos deixa uma série de ensinamentos que certamente poderiam ter sido aprendidos de forma menos dura, sem a perda de tantas vidas. Mas gostaria de destacar, em primeiro lugar, o quanto a pandemia demonstrou a importância da ciência e a necessidade

de se ampliar o investimento nesse setor. Em segundo lugar, creio que ela escancarou erros e omissões históricas do Estado brasileiro na área social. A pandemia demonstrou e cresceu frente a um sistema de saúde frágil, à falta de estrutura urbana e de moradia, às deficiências de nossa educação e a um sistema de **seguridade social** que até mesmo desconhecia uma quantidade gigantesca de trabalhadores brasileiros, os chamados "invisíveis". Aqui, talvez, haja uma pontada de esperança de que fique o ensinamento a toda a classe política de que esses temas são urgentes e devem ser tratados com rigor.

Como o senhor vive em Brasília depois de mais de três décadas de convivência? Como "sentiu" a cidade neste ano de pandemia?

Apesar de ter nascido no Mato Grosso e de ter um vínculo muito forte com o estado, toda minha vida se encontra e foi em grande parte desenvolvida aqui em Brasília. Gosto da cidade, das pessoas que aqui conheci e das oportunidades que ela me proporcionou. E, mesmo estando acostumado ao estilo diferente da cidade, com seus grandes espaços abertos, poucos pedestres etc., é impossível não notar a diminuição do número de pessoas na rua, a redução drástica de eventos culturais, especialmente nos períodos mais graves da pandemia.

Como vê a perda de tantos brasilienses na pandemia? Os governos deveriam ter sido mais céleres nas decisões? Que exemplo no mundo poderia ser usado no Brasil? O sentimento predominante é, certamente, de tristeza e consternação por tantas vidas perdidas. E, claro, também sinto que muito poderia ter sido feito para evitar tantas mortes. Aqui, não acredito que a questão seja simplesmente de "celeridade" na atuação do governo. É evidente que, em se tratando de vacinas, a velocidade importa. Mas, pensando na pandemia como um todo, acredito que, além da velocidade na tomada de decisões, é fundamental a consistência da atuação do governo, a coordenação entre órgãos, o respeito aos critérios técnicos e à ciência, a boa comunicação com a população, entre outras coisas. Olhando para tudo que foi feito até agora, é possível dizer que não foi apenas uma questão de decisões tomadas fora do tempo ideal. Há uma série de outras questões que nos conduziram a essa tragédia.

A importância da união em torno de um projeto suprapartidário para mitigar os efeitos da pandemia nos próximos anos é possível?

Certamente. Desde o início da pandemia venho defendendo a importância de uma atuação coordenada entre todos os entes federados e partidos

para que haja um combate ao vírus mais eficaz. Para isso, são necessárias políticas públicas voltadas para a implementação de medidas sanitárias em todo o território nacional, bem como para ações focadas na vacinação em massa e na garantia da subsistência de toda a população. Da mesma forma, será necessário envidar todos os esforços para mitigar os severos impactos que a pandemia tem causado na economia e na vida de cada um dos brasileiros. Eu tenho para mim que, apesar das desavenças e de nossas "fraturas expostas", esses temas devem ser assuntos prioritários nas pautas do nosso Poder Legislativo.

"A covid-19 nos deixa uma série de ensinamentos que certamente poderiam ter sido aprendidos de forma menos dura, sem a perda de tantas vidas"

#### Queda de braço

A briga pelas 24 vagas da Câmara Legislativa em 2022 vai ser encardida. Administrador de Ceilândia, Marcelo Piauí foi indicado e já nomeado no diretório nacional do PP. Maior colégio eleitoral do DF, Ceilândia é palco da pré-disputa mais acirrada, com três nomes despontando: Piauí e os atuais distritais Fernando Fernandes (Pros) e Chico Vigilante (PT). Mas tem muita gente na fila.

#### Túnel do tempo

Com parte das obras prontas, 30 anos depois do prometido, o túnel de Taguatinga será entregue à população até junho de 2022. Ainda na prancheta, a obra tinha como padrinhos o ex-deputado Benedito Domingos e o ex-senador Valmir Campelo. Sem liderança expressiva na cidade, muitos vão dar cotoveladas pra sair bem na foto com Ibaneis no dia da inauguração.

#### Três Poderes em metamorfose

A abandonada Praça dos Três Poderes, enfim, ganhará novo visual. A secretária de Cultura acaba de entregar um projeto assinado pelo designer Luis Sadá, com intervenções profundas no Museu de Brasília, que tem o busto de JK, no Espaço Lúcio Costa e no Panteão. Sem falar, claro, nas pedras portuguesas que estão implorando para serem trocadas. "Será uma nova praça, totalmente informatizada, para facilitar a identificação dos monumentos pelos turistas", diz Bartolomeu Rodrigues, que já recebeu o ok de Ibaneis.

#### Pesquisa sobre saúde mental

A orientação da OMS é clara: os países devem dar atenção especial à saúde mental. Ciente dessa necessidade, a UnB elaborou a pesquisa: "Pandemia de covid-19: Saúde mental e fatores de proteção e

risco", para toda comunidade universitária.

#### Uma carta com amor

Outra iniciativa da Diretoria de Atenção à Saúde da UnB, essa em parceria com o Correio, é a convocação para a população escrever cartas a trabalhadoras/res da vigilância sanitária. Envie as mensagens para o e-mail: [cartassolidarias.dasu@gmail.com](mailto:cartassolidarias.dasu@gmail.com).

#### Girl from BSB

Meme de Girl from Rio, de Anitta, viraliza em Brasília, com a versão da administradora do Plano Piloto. Ilka Teodoro comemora e inicia, hoje, a revitalização de parquinhos infantis, calçadas e iluminação, viabilizada por emendas parlamentares.

# Queda na longevidade provocada pela pandemia afeta políticas públicas

A pandemia da covid-19 já matou 3,1 milhões de pessoas no planeta, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), e os efeitos desses óbitos na economia global ainda estão sendo estudados, apesar de devastadores. Um deles é o impacto na longevidade da população. Pesquisas recentes mostram que, nos Estados Unidos, a perda na expectativa de vida, em 2020, foi de um ano e meio e na Rússia, de dois anos. No Brasil, não é diferente, de acordo com especialistas ouvidos pelo Correio.

Ana Amélia Camarano, técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), finaliza um estudo que indica que a expectativa de vida do brasileiro, em 2020, foi de 2,1 anos abaixo da registrada em 2019, passando de 76,6 anos para 74,5 anos. A especialista reconhece que, em 2021, essa queda deve aumentar já que, nos primeiros meses deste ano, o país tem mais mortes por covid-19 do que em todo o ano de 2020.

"A queda na expectativa de vida neste ano deve ser maior do que a de 2020. Os dados preliminares até abril mostram que ela pode, pelo menos, dobrar. Mas tudo vai depender também do processo de vacinação. Se for mais acelerado, pode ajudar a melhorar o cenário atual e reduzir essa queda", explica. Pelas estimativas preliminares da técnica do Ipea, a expectativa de vida de mulheres passou de 80,1 anos para 78,3 anos entre 2019 e 2020, e a de homens, de 73,1 anos para 70,1 anos, no mesmo período. "No meu primeiro trabalho, as perdas com as mortes em 2020 foram de 2,1 anos e, olhando para os dados até abril, vamos continuar perdendo", afirma.

O aumento da expectativa de vida é um sinal da melhoria nas condições básicas da população e, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinha ocorrendo desde o início da série, nos anos 1940. De acordo com informações do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o número de mortos pela covid-19 chegou a 194.949 no fim de 2020, e, neste ano, o total de óbitos registrados desde o início da pandemia foi de 403.781 óbitos até sexta-feira. Ou seja, 208.832 pessoas morreram desde janeiro no país, mais do que em todo o ano passado. Logo, o choque provocado pela pandemia elevou as taxas de mortalidade de uma forma assustadora, que afetou esse indicador, em

2020, pela primeira vez em todos esses anos. E, para piorar, a avaliação de analistas é de que, em 2021, essa queda será igual ou maior do que a do ano passado.

Estudo recente feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e das norte-americanas Harvard, Princeton e Universidade do Sul da Califórnia também mostra que a crise sanitária, roubou, sozinha, quase dois anos da esperança de vida no Brasil. Conforme o levantamento, a estimativa era de que o índice médio chegasse a 77 anos em 2020, mas, por causa da pandemia, ficou em 75.

O demógrafo Cassio Turra, professor da UFMG e um dos autores desse levantamento com as universidades dos Estados Unidos, reconhece que a tendência é de que, em 2021, a expectativa de vida do brasileiro continue abaixo da projetada, já que o número de mortes por covid-19 ainda é expressivo e supera o registrado em 2020. Contudo, ele demonstra otimismo em relação a 2022, "se houver sucesso no processo de vacinação" e a crise sanitária for, de fato, controlada. Assim, as taxas de mortalidade podem voltar ao patamar de antes da pandemia. "Acho que, assim que a vacinação for bem-sucedida, a partir do segundo semestre, o mais provável é que, em 2022, o país retorne aos níveis normais projetados", destaca.

## Retrocesso

A queda na expectativa de vida do brasileiro significa um recuo maior no processo de melhorias sociais que estava em curso, no entender do economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). "Os dados ainda são conservadores, porque, nesses cálculos, as causas das mortes não são bem computadas. Logo, o retrocesso pode ser maior, porque, a cada três anos, o brasileiro vinha ganhando um ano de expectativa de vida. Se houve uma queda de dois anos, na verdade, o país perdeu quase sete anos, até agora, em termos de avanços na qualidade de vida", lamenta.

De acordo com Neri, o cenário de agravamento da pandemia no país e o atraso na realização do Censo só contribuem para que as pesquisas domiciliares fiquem ainda mais defasadas. "Estamos vivenciando um apagão de estatísticas generalizado", critica. Ele

lembra que faltam estudos para medir o comportamento da sociedade durante a pandemia desde o fim da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) Covid, interrompida em novembro pelo IBGE. "Houve um certo exagero no início, mas o país perdeu esse instrumento que media até as testagens e, agora, não temos mais", acrescenta.

Mônica Viegas Andrade, professora Associada do Departamento de Economia e coordenadora do Grupo de Estudos em Economia da Saúde e Criminalidade (GEESC) da UFMG, também alerta para os riscos dos atrasos na realização do Censo. "É claro que essa discussão é complexa, porque impacta todas as políticas sociais e, diretamente, a contagem da população. Mas também todos os sistemas de transferência são dependentes dessa contagem, e a construção de políticas sociais precisa estar baseada na expectativa de vida da população também", ressalta. "Estamos com 11 anos sem esse tipo de informação e isso é um lag muito alto e, quanto maior for esse prazo, maior poderá ser o erro das estimativas. Logo, o cenário é muito ruim", enfatiza.

Assim como Turra, Mônica Viegas acredita que será temporário o impacto, na economia, da queda na expectativa de vida. "A covid-19 provocou um excesso de mortalidade global, e todos os países estão tendo perdas na expectativa de vida. Mas ainda é precipitado fazermos cálculos dos impactos, porque a pandemia ainda não acabou", frisa. "E, se o Brasil conseguir avançar na oferta de vacinas no segundo semestre, reduzindo a dependência externa para o fornecimento de insumos e de imunizantes, será possível reverter o quadro atual." Ela lembra que a UFMG também está desenvolvendo uma vacina, com "resultados promissores" e busca recursos para consolidar a terceira fase do estudo. "Prefiro ser mais otimista", diz.

O economista Ecio Costa, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), espera que, ao longo do tempo, o panorama seja modificado. "A pandemia reduziu isso, mas eu acredito que é algo temporário, e essa queda será revertida. A tendência é de que a expectativa de vida continue aumentando ao longo do tempo", afirma. Para ele, o marco do saneamento básico será importante para ajudar na continuidade da tendência, porque vai reverter a situação de muitas pessoas que vivem sem oferta de água potável e de esgoto. "Se os investimentos previstos ocorrerem, podemos ter um aumento considerável na expectativa de vida", acrescenta.

#### Ônus do coronavírus

De acordo com dados do IBGE, desde 1940, a expectativa de vida da população brasileira vinha

aumentando, mas a pandemia da covid-19 mudou esse quadro

Evolução da expectativa de vida do brasileiro - em anos

Ano Homem Mulher Média

1940	42,9	48,3	45,5
1950	45,3	50,8	48,0
1960	49,7	55,5	52,5
1970	54,6	60,8	57,6
1980	59,6	65,7	62,5
1991	63,2	70,9	66,9
2000	66,0	73,9	69,8
2010	70,2	77,6	73,9
2018	72,8	79,9	76,3
2019	73,1	80,1	76,6
2020	70,1*	78,3*	74,5*

\*Estimativa da economista Ana Amélia Camarano, do Ipea.

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Perdas como numa guerra

Analistas reconhecem que ainda é cedo para ter dados precisos sobre os impactos da pandemia da covid-19 na economia e a redução da expectativa de vida do brasileiro, mas não descartam a magnitude de uma guerra sem precedentes.

O economista e consultor Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), avalia que os impactos das mortes pela doença ainda são difíceis de calcular e podem ser piores do que os de um conflito armado. "Na guerra, morrem, especialmente, pessoas mais jovens e que ainda não entraram no mercado de trabalho. Agora, em uma situação como a covid-19, havia uma mortalidade maior entre os idosos, mas, atualmente, podemos considerar que 50% dos óbitos são de pessoas que estão dentro do mercado de trabalho", alerta.

Ele lembra que não existem dados mais aprofundados com o agravamento da covid-19 no país neste início de ano. Além disso, um fato preocupante é que cada vez mais jovens estão morrendo por conta das novas variantes do vírus. "Muitos desses óbitos são de contribuintes da **Previdência Social** e, certamente, a arrecadação está caindo ou deverá cair mais. No frigor dos ovos, é uma notícia muito ruim em todos os sentidos", completa.

Procurado, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) informou que ainda não tem um levantamento sobre os cancelamentos de aposentadorias e a respeito da queda na receita devido às mortes por covid-19.

#### Dependência

Ecio Costa, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também chama a atenção para a constatação de que quase a metade dos 400 mil mortos pela covid-19 no país é de aposentados. "Há um número elevado de idosos morrendo, e nos estados do Norte e do Nordeste existem muitas famílias que dependem das aposentadorias. Essa perda, em números tão elevados, é uma preocupação não apenas para a economia, mas para aquelas famílias que ficarão sem a pensão", ressalta.

Na avaliação de Rabello de Castro, o fato de o Brasil ter ultrapassado a marca de 400 mil mortes recentemente e poder chegar, em breve, a 600 mil, segundo previsões de especialistas, provocará perdas expressivas para a economia. Pelas estimativas dele, considerando que para cada vida interrompida estaria associada uma "riqueza" perdida de R\$ 200 mil - valor acumulado da aposentadoria da maioria - e que, quando o país chegar a 500 mil mortos um número parecido de pessoas podem ter ficado debilitadas, o prejuízo deve girar em torno de R\$ 200 bilhões, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"É lícito fazer a conta com um milhão de pessoas, porque haverá um grande número delas que deve ficar com sequelas da covid-19", justifica Rabello de Castro. Ele ressalta que esses valores representam um esforço de quantificação do valor das vidas perdidas ou prejudicadas e não um efeito econômico em termos de paralisia de atividades, interrupção de escolarização ou treinamentos, por exemplo. (RH)

"Há um número elevado de idosos morrendo, e nos estados do Norte e do Nordeste existem muitas famílias que dependem das aposentadorias. Essa perda, em números tão elevados, é uma preocupação não apenas para a economia, mas para aquelas

famílias que ficarão sem a pensão"

Ecio Costa, professor do Departamento de Economia da UFPE

#### Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4921737-queda-na-longevidade-provocada-pela-pandemia-afeta-politicas-publicas.html>

## O calvário das reformas (2)

**CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ**

Atumultuada aprovação do Orçamento de 2021 deixou claro o risco fiscal decorrente da aliança, ou, mais apropriadamente, da submissão, do governo ao Centrão. Preocupa o valor recorde destinado a emendas parlamentares, R\$ 35,6 bilhões, e a exclusão do cálculo do resultado primário de despesas de aproximadamente R\$ 120 bilhões (1,4% do **PIB**).

Apesar disso, muitos analistas entendem que, superado o impasse do Orçamento, cresceram as chances de progresso das duas mais importantes reformas estruturais em debate no País, a saber, a administrativa e a tributária. Não vejo assim.

Esse governo não é reformista.

Mesmo a reforma da Previdência teve a tramitação tumultuada pelo Executivo.

Bolsonaro trabalhou como típico líder sindical, empenhando-se para excluir das novas regras segmentos dos **servidores públicos** que integram seu nicho eleitoral. Paulo Guedes, por birra, sugeriu aos parlamentares a não aprovação do parecer do relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), porque este não incluiu a proposta, não financiável, do regime por capitalização, obstinadamente defendida pelo ministro.

Os interesses políticos de Bolsonaro tendem também a dificultar a reforma administrativa. Além da redução das despesas com pessoal, tal reforma precisa criar mecanismos para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Para tanto, necessita rever regras aplicáveis inclusive aos atuais servidores, tais como, fim da progressão automática na carreira, avaliação periódica, regulamentação da demissão de servidores por baixo desempenho, fim dos supersalários, reorganização das carreiras, entre outras medidas. É irrealista achar que o governo e o Centrão avancem nessa linha.

Já uma boa **reforma tributária** é ainda mais improvável. O presidente não tem familiaridade com o tema e não se espera que se empenhe no Congresso para aprová-la. Guedes, até agora, não apresentou qualquer proposta bem embasada tecnicamente, e tem expressado ideias equivocadas, principalmente quanto à tributação do consumo.

O ministro sempre foi contra a PEC 45/19, que institui

o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), um verdadeiro tributo nacional sobre o valor adicionado, nos moldes dos melhores sistemas tributários conhecidos no mundo. Respeitados períodos de transição, esse imposto deverá ser cobrado no destino e possuir número muito reduzido de alíquotas, dado que o ideal, que seria alíquota única, é difícil de viabilizar politicamente.

Ao invés disso, Guedes sugere a aprovação, na primeira etapa, apenas da CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, impropriamente chamada de IVA federal, que nada mais é do que o PIS/Cofins incidente de forma não cumulativa. A medida está na direção correta, mas possui três problemas principais.

O primeiro é manter o ICMS, de longe, o imposto mais complicado, ineficiente e gerador de contenciosos do sistema tributário brasileiro.

O segundo é que, para alcançar eficiência, racionalidade e maior equidade nos **impostos** indiretos, a tributação do consumo deve ser tratada em conjunto, jamais por partes. O terceiro é que tende a aumentar a carga tributária incidente sobre vários serviços, sem período de transição, o que é inoportuno em virtude da pandemia e das pressões sobre o IPCA que isso pode provocar.

Guedes defende que os entes federativos adiram voluntariamente ao IBS, o que é impossível, por tratar-se de um imposto cobrado no destino, pelo sistema de débito e crédito, inclusive nas operações interestaduais.

Ou todos os Estados e municípios entram conjuntamente ou não há IVA subnacional.

Em qualquer democracia o caminho para aprovar reformas estruturais é penoso. Bolsonaro e Paulo Guedes o transformaram em um calvário.

Será difícil avançar nas reformas tributária e administrativa com um governo não reformista

ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Trabalho em casa persistirá, mas aliado ao presencial (3)

Enquanto a pandemia avançava no mundo, os escritórios esvaziaram, e o trabalho em casa virou hábito. Passado mais de um ano, já é possível identificar os contornos de um novo ambiente de trabalho híbrido. Assim como a ideia de que empresas poderiam funcionar totalmente com base no trabalho remoto não se confirmou, tampouco a realidade voltará a ser como antes. Uma pandemia deixa consequências sociais profundas.

Um dos principais impactos se dará nas relações de trabalho e na vida corporativa. Pesquisa do Instituto Gallup realizada nos Estados Unidos demonstra que houve um aumento notável no engajamento e na produtividade de funcionários que começaram a trabalhar no sistema de home office.

Um dos motivos para isso, por paradoxal que pareça, é que o distanciamento físico melhorou a comunicação entre gestores e suas equipes, contribuindo para tomá-los mais próximos. Na pandemia, os chefes se tornaram mais confiantes na tecnologia que deixa os subordinados se comunicarem e colaborarem de forma mais eficaz, mesmo fora do escritório. Para as empresas, os temores com a segurança de sistemas foram substituídos pela conquista de um ambiente de trabalho de trocas mais ágeis, a qualquer momento do dia. O risco aí, como demonstrou reportagem do GLOBO, é o exagero nas reuniões virtuais, condição que vem sendo chamada de "fadiga do Zoom".

Apesar disso, países onde o vírus já foi controlado, como Nova Zelândia, comprovam que o trabalho em casa veio para ficar. Nos Estados Unidos, 5% das horas trabalhadas no início de 2020 eram em casa. No meio do ano, chegaram a 60%, com alto nível de satisfação e produtividade. No Brasil, dados da Pnad-Co-vid-19 mostram que, em novembro, 9,1% dos brasileiros ocupados e não afastados trabalharam de forma remota (7,3 milhões). Nos Estados Unidos, esse índice era de 40% no final do ano passado. No Reino Unido, em fevereiro eram 50%.

De acordo com a economista Cecília Machado, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV-Rio, as estatísticas do Ipea sugerem haver no Brasil um potencial para 22 a 25 milhões de pessoas trabalharem em casa. Potencial que não é realizado por fatores como falta de qualificação, equipamentos ou acesso de qualidade à internet.

Se o trabalho remoto permite ganhos de produtividade e pode melhorar a qualidade de vida, o presencial ainda traz vantagens insubstituíveis. Facilita inovações pela interação e encontros fortuitos. O home office tem ainda, diz Cecília Machado, outra desvantagem: pode agravar a desigualdade na distribuição de renda, pois o grupo dos aptos ao teletrabalho tem nível alto de instrução, com salários mais elevados. O rendimento dos 9,1% em home office no Brasil em novembro representava, segundo o Ipea, 17,4% da massa salarial, pouco mais que a folha dos **servidores públicos** ou da indústria.

A desigualdade não é, naturalmente, problema derivado da tecnologia, mas dos baixos padrões educacionais brasileiros. Mesmo que o fim da pandemia traga de volta as vantagens da interação ao vivo, não será possível às empresas abrir mão da produtividade do home office. Tudo indica que o trabalho em casa será mantido de alguma forma, mas conjugado com o presencial.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Colômbia muda projeto de reforma tributária



O presidente da Colômbia, Iván Duque, pediu ontem ao Parlamento que retire da pauta a proposta de **reforma tributária** apresentada pelo governo no mês passado, que foi alvo de críticas e protestos nos últimos dias. Segundo a polícia, ocorreram dez mortes, por causas ainda não esclarecidas, desde o início dos atos e de uma greve convocada por sindicatos e movimentos sociais, na última quarta-feira.

Em pronunciamento, Duque afirmou que a **reforma tributária** "não é um capricho, é uma necessidade", diante do impacto da pandemia nas contas públicas. Ele informou que já apresentou um novo plano, que deve tramitar de forma urgente e "evitará incertezas financeiras".

Desde o final da semana passada, o presidente sinalizava que poderia alterar a proposta de reforma, que contava com o apoio de economistas, mas acabou rejeitada pela oposição e por boa parte dos colombianos, que saíram às ruas nos últimos dias. Na sexta-feira, Duque afirmou que uma das mudanças do projeto seria a manutenção das atuais regras do IVA, o imposto sobre valor agregado, que antes seria aumentado, e da base de cobrança do Imposto de Renda -os recuos foram vistos como formas de aceno à classe média.

O foco da nova lei está no setor empresarial e nas camadas mais ricas da sociedade. Empresas terão uma elevação temporária dos **impostos** sobre a renda e sobre patrimônio, além de uma elevação nos **impostos** sobre os lucros. Os colombianos de maior rendimento também pagarão mais.

No sábado, milhares de pessoas foram às ruas das maiores cidades da Colômbia contra a reforma, vista como desfavorável à classe média. Para analistas, mais do que protestar contra a reforma, a iniciativa serviu de catalisador para os muitos problemas

enfrentados pela população, como o aumento da desigualdade social e o ritmo lento de vacinação -até o momento, apenas 6,6% dos colombianos receberam a primeira dose.

## MILITARES NAS RUAS

Os protestos de sábado foram os mais violentos em quatro dias, com mais de 330 policiais feridos e 249 pessoas detidas sob a acusação de vandalismo. Os maiores confrontos ocorreram em Cali, onde morreu um adolescente de 16 anos. Tudo indica que o garoto é o que aparece em um vídeo chutando um policial motorizado.

O agente corre atrás dele e atira duas vezes em suas costas. O diretor da Human Rights Watch para as Américas, José Miguel Vivanco, confirmou no Twitter a veracidade da gravação. Vivanco afirmou estar recebendo denúncias graves de abusos cometidos pela polícia em Cali, capital do departamento de Valle del Cauca.

Também houve atos maciços em Bogotá, onde a prefeitura havia pedido à população que evitasse grandes aglomerações porque 90% dos leitos de UTI estão ocupados. Na região norte da capital, a polícia usou bombas de gás e bloqueou ruas para evitar que um grupo se aproximasse do apartamento de Duque. No fim da noite de sábado, o presidente foi à televisão anunciar a mobilização dos militares.

- Quero alertar aqueles que, por meio da violência, do vandalismo e do terrorismo, buscam intimidar a sociedade e acreditam que com esse mecanismo vão dobrar as instituições -disse Duque, antes de informar que, como comandante supremo das Forças Armadas, autorizou a presença militar nos locais onde for necessário, em coordenação com prefeitos e governadores.

A decisão foi criticada por opositores, e alguns deles, como o prefeito de Medellín, Daniel Quintero Calle, disseram que não pedirão a ajuda das Forças Armadas.

Horas depois da mobilização militar, Duque voltou à TV ontem para sepultar o texto da **reforma tributária** e apresentar o novo plano que, segundo disse, traz propostas vindas do diálogo com partidos, sociedade civil, prefeitos, governadores e líderes empresariais. Segundo ele, um plano que vai ajudar a acertar as contas "sem afetar a classe média e os mais

vulneráveis".

Em 2020, o **PIB** colombiano teve queda de 6,8%, o desemprego chegou a 16,8% da população economicamente ativa, e 3,5 milhões de pessoas passaram a viver em situação de pobreza. O déficit fiscal ficou em 7,8% do **PIB** no ano passado, e, segundo o governo, pode chegar a 8,6% em 2021 caso nada seja feito para ajustar as contas públicas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Relator da reforma tributária deve apresentar parecer nesta segunda-feira

*Por Marcelo Ribeiro e Lu Aiko Otta, Valor PRO - Brasília*

O relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve apresentar seu relatório nesta segunda-feira e defender a votação de uma proposta ampla, diferente do que querem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a equipe econômica e o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

O parlamentar paraibano ficou contrariado com a decisão de Lira de impor um prazo-limite publicamente, mas preferiu atender ao pedido para reforçar seu compromisso com a pauta. Além de apresentar o parecer, o líder da Maioria no Congresso deve fazer defesa enfática de uma reforma ampla, sob a justificativa de que essa foi a alternativa trabalhada desde 2019.

Com a iniciativa, o objetivo é fazer frente ao fatiamento da proposta, defendido publicamente por Lira e Barros na semana passada.

Leia a reportagem completa no Valor Econômico

Aguinaldo Ribeiro - Foto: Agência Brasil/EBC

**Site:**

***<https://valorinveste.globo.com/noticia/2021/05/03/relator-da-reforma-tributaria-deve-apresentar-parecer-nesta-segunda-feira.ghtml>***

# CPI da Covid, balanços, Selic e dados dos EUA agitam semana quente do investidor (Bolsas e índices)

*Por Weruska Goeking, Valor Investe - São Paulo*

Semana de agenda cheia para a "degustação" dos investidores, com destaques para o início dos trabalhos da CPI da Covid-19 amanhã (4), a decisão sobre a Selic na quarta-feira (5) e a temporada de balanços ao longo da semana

Hoje os mercados europeus repercutem os dados fortes da indústria local, mas abaixo das expectativas do mercado. Deste lado do oceano, os investidores aguardam, mais uma vez, por declarações do presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) Jerome Powell .

"Não deve trazer nenhuma novidade. Nós esperamos uma fala muito alinhada com o que ele já vem falando sobre a continuidade nos estímulos, uma possível pressão inflacionária passageira. Nenhuma novidade, mas atenção porque é sempre muito relevante a fala do presidente do Fed", afirma Thiago Andrade, sócio da Athena-BGA Investimentos, lembra que na sexta-feira (7) tem divulgação do relatório mensal de emprego, conhecido como payroll - importante termômetro da retomada da economia americana.

"Os dados de atividade têm vindo muito forte e essa ponderação é muito importante para quem lida com gestão de recurso dado que há a ponderação entre dados positivos e negativos dado que o mercado ainda tem vários riscos, como a terceira onda [de covid-19]", diz Andrade, que considera que, apesar dos riscos, a balança para o mercado financeiro está mais positiva do que negativa, o que justifica o movimento positivo dos índices futuros dos Estados Unidos.

A temporada de balanços continua aquecida no Brasil e 33 empresas devem publicar seus dados relativos ao terceiro trimestre nessa semana. Até agora, cerca de um terço das empresas listadas na bolsa já divulgaram seus números.

"Um pouco mais de 50% com resultados acima do consenso e a expectativa é alta com a divulgação das próximas empresas", diz Andrade.

No Copom (Comitê de Política Monetária), o Banco

Central deve atuar conforme o que vem sinalizando desde a última reunião e elevar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual . "Qualquer coisa fora desse 0,75 vai trazer volatilidade para o mercado", diz Andrade

No campo político, o início da CPI da Covid-19 deve agitar Brasília . Serão ouvidos amanhã os ex-ministros da Saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, na quarta é a vez do general Eduardo Pazuello, e na quinta-feira (6) depõem Marcelo Queiroga, atual ministro da Saúde e Antonio Barra Torres, presidente da Anvisa.

"Isso com certeza vai trazer volatilidade para o Brasil dada a relevância dessa CPI para as eleições do ano que vem", diz Andrade.

Além disso, o relator da **reforma tributária** , Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve apresentar hoje seu relatório e defender a votação de uma proposta ampla , diferente do que querem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a equipe econômica e o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

"Há muita expectativa em relação a esse texto para observar se teremos continuidade na agenda de reformas e privatização do governo. Isso é muito importante para voltar a credibilidade do governo para o mercado para seguirmos com crescimento econômico", diz Andrade.

O fronte inflacionário fica no radar dos investidores desde o início da semana, já que a FGV publica às 8h o IPC-S fechado de abril. O indicador avançou 6,71% em 12 meses na última medição.

Além disso, a atualização das projeções da pesquisa Focus do Banco Central (BC) também ganha as atenções, na semana em que a autoridade monetária decide sobre o futuro da taxa Selic.

Nos Estados Unidos, a IHS Markit expõe, às 10h45, o PMI da indústria no mês passado, enquanto, às 11h, a ISM aponta a atividade industrial americana relativa ao mesmo período. Às 15h20, o presidente do Federal

Reserve, Jerome Powell, profere discurso.

As bolsas europeias operam em alta nesta manhã com negociações mais leves do que o normal, já que os mercados do Reino Unido estão fechados em observação a um feriado nacional. Os índices reagem a uma série de PMIs (índices de gerentes de compras) da indústria na Europa.

"Tivemos dados muito fortes, um pouco abaixo da expectativa, com destaque para a Alemanha, com um dado muito forte no PMI de manufatura, mas um pouco abaixo da expectativa e isso gerou um pouco de volatilidade nos futuros dos índices da Europa", afirma Thiago Andrade, sócio da Athena-BGA Investimentos.

Os índices futuros de ações dos EUA operam em alta nesta manhã.

As bolsas caíram na Ásia no estreito pregão hoje, com muitos mercados, incluindo os de Tóquio e Xangai, fechados para feriados. O índice Hang Seng de Hong Kong caiu 1,28%. Em Seul, o índice Kospi recuou 0,66%, e na Austrália, o SEP/ASX 200 subiu 0,04%. As bolsas caíram em Cingapura (-1,04%) e Taiwan (-1,96%).

As quedas seguem um recuo na sexta-feira em Wall Street, onde o SEP 500 caiu de 0,7%, mas, ainda assim fechou, seu melhor mês até agora este ano.

Os mercados subiram nas últimas semanas à medida que os investidores continuam otimistas de que a pandemia está arrefecendo, pelo menos nos Estados Unidos com a aceleração da vacinação. O SEP 500 subiu 5,2% em abril, seu melhor ganho mensal desde novembro de 2020, quando o presidente Joe Biden foi eleito, com alta de cerca de 28% entre novembro e abril.

Já grande parte da Ásia e em muitos outros países, o número de casos de covid-19 aumentou e os níveis de vacinação permanecem baixos.

(Com Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor)

- Foto: Getty Images

**Site:** <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/bolsas-e-indices/noticia/2021/05/03/cpi-da-covid-balancos-selic-e-dados-dos-eua-agitam-semana-quente-do-investidor.ghtml>

# Pacote do GDF prevê desoneração tributária - CAPITAL S/A



CAPITAL S/A

Será baseado em dois pilares o pacote de medidas do GDF para enfrentar a crise econômica causada pela pandemia. No redirecionamento dos gastos públicos para que possibilite aumento direto e imediato do poder de consumo da população. E na desoneração tributária e facilitação de pagamento de **impostos**. As fontes do governo destacam que o benefício será direcionado a setores empresariais que realmente estão em situação crítica.

## Mudanças na LDO

Parte das medidas terá de passar pela aprovação da Câmara Legislativa, como por exemplo as alterações necessárias à LDO. O pacote está sendo finalizado e atenderá a demandas do setor produtivo. Vai reaquecer a economia local para garantir a geração de empregos. "Essa é uma das prioridades do governador Ibaneis Rocha e eu e minha equipa técnica estamos empenhados nisso, com a contribuição também dos deputados distritais", destaca o secretário de Economia do DF, André Clemente.

## Para surpreender

Diante do aumento de empresas em falência e do desemprego na capital, o GDF tem pressa e vai anunciar o pacote de medidas nesta semana. Será apresentado às entidades que representam o setor produtivo. "Não podemos ser irresponsáveis nesta hora, temos de manter o equilíbrio das contas públicas. Mas será algo bastante inovador e eficiente, que poderá ser referência para outras capitais do país", adianta Clemente.

## Restaurantes clamam por extensão de horário

O novo pacote do GDF não vai tratar especificamente de horários de funcionamento do comércio. Mas a Abrasel e o Sindhobar alegam que o atual horário permitido para o setor estrangula a operação do almoço nos restaurantes dos shoppings e do jantar nos do comércio de rua.

## Toque de recolher a partir de meia-noite

As entidades sugerem abrir os shoppings 11h para os restaurantes nestes locais poderem pegar o movimento do almoço. Passar o toque de recolher para 24h e deixar os restaurantes e o delivery funcionando até 23h.

## Demissões

No acumulado de março de 2020 a abril deste ano, 4,2 mil empresas do setor encerraram as atividades, o que gerou 30 mil demissões em hotéis, restaurantes, bares e similares.

## Quem tem medo do corona?

Moradores das regiões Centro-Oeste e Norte são os que menos têm medo da pandemia. Apenas 44% expressam **temer** o coronavírus. Enquanto quem vive no Sudeste é mais cauteloso (61%). É o que aponta a Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), encomendada ao Instituto FSB.

## Mulheres e ensino superior

A mostra aponta que 56% dos brasileiros estão com grande medo da pandemia. Esse sentimento é bem maior entre as mulheres (63%, ante 49% entre os homens) e entre quem possui ensino superior (66%). A pesquisa entrevistou 2.010 brasileiros entre os dias 16 e 20 de abril.

## Saber Imobiliário: comunicação para corretores

O Sistema Cofeci-Creci realiza uma nova edição do Saber Imobiliário, evento on-line que capacita corretores para inovações e transformações que ocorrem no mercado de imóveis. A edição 2021 acontece de hoje a quinta-feira, das 19h30 às 21h30. A participação é gratuita e o evento emitirá certificado

para os participantes. "Nesta edição vamos focar no tema comunicação entre os corretores e todos os seus públicos-alvo", conta o presidente do Cofeci, João Teodoro. Programação completa e inscrições pelo site [www.projetosaberimobiliario.com.br](http://www.projetosaberimobiliario.com.br).

# Banco Central prepara relatório prevendo moeda digital até 2022



Larissa Garcia *brasil*

Investir em criptoativos, como são chamadas bitcoins e outras do gênero, pode parecer abstrato para quem não tem familiaridade com tecnologia. A expectativa é que o lançamento de uma moeda digital oficial, emitida pelo Banco Central, dê credibilidade a essas modalidades, segundo especialistas.

A autoridade monetária vem desenhando um projeto de moeda digital desde agosto do ano passado. Recentemente, o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, afirmou que os estudos na área avançaram bastante.

O BC trabalha na produção de um relatório detalhado, já prevendo a implementação do dinheiro virtual até 2022.

No ano passado, a ideia era que o documento com impactos, benefícios e custos do novo modelo monetário fosse produzido em seis meses, mas, de acordo com o BC, ainda não ficou pronto.

Com o relatório em mãos, a diretoria colegiada do BC tomará a decisão de levar ou não adiante o projeto.

O dinheiro virtual do governo seria apenas uma nova forma de representação da moeda já emitida pela autoridade monetária, ou seja, faria parte da base monetária do país.

Embora tenham em comum a inovação, as criptomoedas que existem hoje no mercado e as moedas digitais emitidas pelo governo de um país têm propostas distintas.

A principal diferença é que a emitida pelo BC seria semelhante ao papel-moeda, assegurada e gerida pelo Estado, enquanto as outras não têm garantias reais. Além disso, o dinheiro digital também não teria efeito especulativo.

Para Tasso Lago, especialista em criptomoedas e fundador da consultoria Financial Move, a moeda digital emitida pela autoridade monetária deve acelerar a familiarização do investidor a esse tipo de aplicação.

"Antes, as pessoas tinham medo, o que é normal, era desconhecido. Agora não dá mais para ignorar esse mercado."

De acordo com Lago, o dinheiro virtual oficial dará uma espécie de chancela aos criptoativos, que ganharão cada vez mais credibilidade.

"Se o BC cria a própria moeda digital, é uma chancela de que aquilo é bom e seguro. Uma das vantagens é ser rastreável. Com isso, podemos ter maior controle do dinheiro. Com a tecnologia empregada hoje, uma transação pode ser mapeada anos depois de ocorrida", afirma.

O professor de finanças da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e pesquisador do tema Alan De Genaro diz que uma das vantagens do dinheiro virtual é colocar o consumidor no centro das decisões.

"O consumidor pode usar a experiência com wallets [carteiras] digitais para aumentar seus investimentos, pois já sabe como funciona e como usar. Vejo também como um grande potencial de inclusão financeira", diz.

Inicialmente, como mostrou a Folha, o BC planeja distribuir a moeda digital por meio do sistema financeiro, mas ainda não divulgou detalhes de como seria a logística.

O procedimento, segundo informado no ano passado, seria semelhante ao que é feito hoje com o papel-moeda, só que por meio virtual. Na prática, parte do dinheiro que já seria emitido pela autoridade monetária de forma física seria substituída pelo exemplar virtual. Dessa forma, a pessoa teria de ser banca rizada para ter acesso à moeda digital.

Para Genaro, no entanto, o modelo pode evoluir para que no futuro os consumidores tenham esse tipo de recurso fora das instituições financeiras.

"Muitas pessoas ainda não têm acesso a conta em banco, mas têm um smartphone. Logo, com a existência de uma moeda digital, essas pessoas poderiam tê-la em suas wallets e pagariam suas contas sem precisar de uma instituição financeira", diz.

Nenhum país do mundo tem dinheiro virtual oficial. A emissão de moeda digital pelo governo, chamada de CBDC (Central Bank Digital Currency), está em fase final de implementação na China.

No início deste ano, Pequim distribuiu para a população recursos virtuais, baixados pelo celular, para que as pessoas testem o novo recurso.

Caso o Brasil avance rapidamente no projeto, pode ser um dos pioneiros. A CBDC funcionaria como um complemento ao Pix, sistema de pagamentos instantâneos brasileiro.

Para analistas, não dá para antecipar efeito sobre investimentos

Isabela Bolzani

Os analistas e executivos do setor dividem opiniões sobre os efeitos que a maior presença de bancos centrais podem trazer ao segmento.

Enquanto alguns defendem que atitudes pró-criptoativos por parte de autoridades monetárias podem aumentar a segurança jurídica, outros acreditam que tais ações tendem a criar barreiras regionais para o avanço dessas moedas.

As decisões dos bancos centrais ao redor do mundo são variadas. De um lado, alguns países tentam proibir a mineração, a compra ou a venda de criptoativos - como é o caso da Índia e da Nigéria.

Na mão contrária, outros fazem o debate sobre a tributação da moeda, como é o caso dos Estados Unidos, passam a aceitar o pagamento com criptomoedas.

"São posições completamente diferentes e que têm impactos grandes nessas regiões, mas não necessariamente no preço do ativo, que tende a oscilar apenas quando países de peso [que mais negociam os criptoativos], como os da Europa, os EUA e a China, fazem alguma movimentação", afirma o presidente da Bitcoin Trade, Bernardo Teixeira.

Um exemplo dessa oscilação de preços aconteceu em

meados de abril, quando veio a mercado a notícia de que o presidente americano, Joe Biden, estava planejando alterar os modelos de tributação atualmente vigentes nos EUA.

O plano de quase dobrar os **impostos** sobre ganhos de capital no país pressionou os preços das criptomoedas para baixo e fez com que cerca de US\$200 bilhões (R\$ 1,1 trilhão) desaparecessem desse mercado em um dia, segundo informou a rede americana CNBC.

Para João Ganhada, presidente da Foxbit, quanto maior for a interferência do governo ou de um banco central nos criptoativos, pior tende a ser a percepção do mercado.

"É exatamente a liberdade transacional desses ativos que atrai seus usuários", diz

#### ATENÇÃO AO COMPRAR

O presidente da fintech Alter, Vinícios Frias, destaca que uma alternativa para investirem criptomoedas é o recém-criado ETF (fundo de índice) da B3. Na estreia, ele subiu 12,26%. Segundo a analista de fundos da XP Carolina Oliveira, a gestão terceirizada pode ser uma saída para o investidor que quer entrar no mercado, mas ainda não tem segurança em fazer esse tipo de alocação por conta própria. Os executivos e analistas do setor alertam, ainda, sobre a alta volatilidade - criptomoedas chegam a oscilar 10% em um dia, por exemplo. Também é preciso ficar atento a pirâmides financeiras que prometem altos retornos. "Não existe milagre nem lucro garantido com bitcoin, então desconfie de grandes promessas e estude bem o assunto antes de investir", diz Bernardo Teixeira, do Bitcoin Trade. (IB)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49516>

## A classe média e o centro político (3)

Estudos têm constatado haver significativa redução da classe média, com mais famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, em razão da crise social e econômica que já existia no País e se agravou durante a pandemia de covid- 19. Segundo o Instituto Locomotiva, a partir dos dados do IBGE, 4,9 milhões de pessoas saíram da classe média no último ano. Com isso, pela primeira vez em dez anos, o estrato social intermediário passou a representar menos da metade da população brasileira.

Com uma resposta lenta, desorganizada e insuficiente - quando não claramente negacionista -, o governo federal foi incapaz de proteger a população dos efeitos sociais e econômicos da pandemia. Sintoma especialmente dramático dessa disfuncionalidade do Palácio do Planalto é o aumento da fome.

A diminuição da classe média tem notórias consequências sociais e econômicas. Por exemplo, com a diminuição de renda familiar e o aumento do desemprego, mais jovens estão em situação de vulnerabilidade social.

Houve aumento da evasão escolar.

É comum falar que a pandemia de covid-19 trouxe um cenário de acentuadas incertezas.

No entanto, para muitas pessoas, o futuro não está apenas mais incerto. Ele está inexoravelmente mais penoso e mais limitado.

A redução da classe média tem também importantes efeitos econômicos. Com mais pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, a recuperação econômica do País torna-se necessariamente mais lenta, em razão, por exemplo, do endividamento das famílias e da redução do consumo.

Como tem sido lembrado pela OCDE, uma classe média próspera é decisiva para a economia e para a coesão social de um país. A classe média sustenta o consumo e a arrecadação de **impostos** - viabilizando, por exemplo, as políticas públicas de proteção social - e impulsiona o investimento em áreas fundamentais, como educação, saúde e moradia.

A diminuição de pessoas no estrato social intermediário produz também importantes efeitos políticos. O aumento da vulnerabilidade social e econômica contribui para uma maior adesão a propostas populistas, que, sem enfrentarem a causa

dos problemas, prometem soluções fáceis, rápidas e inviáveis.

O quadro é de enorme perversidade.

De alguma forma, a ineficiência do governo populista - que, se esquivando de fazer as reformas, não promove o desenvolvimento social - faz com que parte da população se torne (em razão da vulnerabilidade social e econômica) ainda mais refém desse mesmo governo, ou de sua antítese ideológica, igualmente populista.

Além das dificuldades sociais e econômicas, a redução da classe média representa, assim, um especial desafio político para o País. De forma muito concreta, o encolhimento do estrato social intermediário traz dificuldades adicionais para a viabilidade política de um candidato de centro à Presidência da República em 2022.

Vale ressaltar que o encolhimento da classe média não é um fenômeno que se iniciou agora, tampouco está restrito ao Brasil. Por exemplo, a redução do estrato médio tem sido observada na maioria dos países da OCDE. As novas gerações têm encontrado mais dificuldades para alcançar a renda da classe média, definida pela OCDE como os rendimentos entre 75% e 200% da renda nacional média. Na geração dos baby boomers, quase 70% das pessoas na faixa dos 20 anos pertenciam à classe média. Na geração dos millennials, esse percentual é de 60%.

No entanto - e aqui está o quadro especialmente desafiador para o Brasil -, a pandemia de covid-19, junto ao despreparo e ineficiência do governo de Jair Bolsonaro, tem acelerado esse processo de encolhimento da classe média. Há mais famílias pobres. Há mais pessoas vulneráveis.

Mais do que induzir a paralisias, essa situação desafiadora clama por uma urgente e especial responsabilidade para com o País. Não cabe assistir passivamente ao empobrecimento da população e, conseqüentemente, à sua subjugação a manobras populistas. Uma proposta política viável de centro deve contemplar, de forma muito realista, a defesa e o fortalecimento da classe média.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Plano de ajuda ao turismo está nas mãos de Bolsonaro

**Cristian Favaro De São Paulo**

Empresas de turismo e eventos aguardam a decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o projeto de ajuda ao setor - o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), desenhado no projeto de lei 5.638/2020. Na equipe econômica há resistências ao programa, sobretudo em relação às isenções tributárias propostas. Mas o setor diz que o governo poderia recuperar o valor das isenções, estimados em R\$ 5,8 bilhões ao ano, em apenas três anos.

O texto foi aprovado pelo Senado no dia 30 de março e voltou para a Câmara, que deu seu veredito favorável no dia 7 de abril. Bolsonaro tem até segunda-feira, 3 de maio, para decidir pela sanção total, parcial ou pelo veto.

Um dos focos do Perse é parcelar débitos das empresas dos setores de eventos e turismo com o fisco, além isenções e outras medidas para compensar a grande perda de receitas com a pandemia.

As empresas e entidades que podem ser beneficiadas pelo Perse são dos seguintes segmentos: realização e/ou comercialização de congressos, eventos esportivos ou culturais, feiras de negócios, shows, festas, espetáculos, casas de eventos, parques temáticos, prestação de serviços turísticos, hotelaria e administração de salas de cinema.

Segundo a relatora do Perse no Senado, Daniella Ribeiro (PP-PB), sua equipe e empresários do setor estão buscando sensibilizar o presidente sobre o tema. "O setor está em um momento muito delicado. Se a gente não sancionar como foi votado, vamos ter muitos problemas com fechamentos de empresas", disse.

Empresários do setor dizem terem sido renegados na pandemia por instituições financeiras, por serem considerados de alto risco. Observam que as empresas de turismo e evento estão sofrendo mais do que outros grupos e que por isso precisariam de um tratamento diferenciado.

O maior desafio está em convencer a equipe econômica do governo. A relatora e entidades do setor se reuniram por diversas vezes com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe, que olham

para o impacto das isenções fiscais sobre os cofres públicos.

Estudo do G20, grupo composto por 21 associações que representam a cadeia de turismo, com apoio técnico da Fundação Getúlio Vargas, apontou que o investimento previsto no projeto, da ordem de R\$ 5,8 bilhões por ano, seria recuperado em três anos se considerado o volume total de **impostos** arrecadados no país. A conclusão é que, além de preservar empregos e evitar a falência de empresas, o projeto pode trazer um efeito líquido tributário positivo.

Ainda conforme o estudo, o Perse conseguiria fazer o setor retomar seus níveis pré-pandemia em 2024. Ao passo que, sem qualquer tipo de auxílio, essa retomada viria apenas depois de 2026. O investimento a ser feito para bancar o programa representa menos de 2% do total em renúncias fiscais realizadas anualmente pelo governo federal. Em 2019, o turismo contribuiu com R\$ 270 bilhões no Produto Interno Bruto (**PIB**) do país e respondeu por 2,9 milhões de empregos diretos, segundo levantamento do setor.

Ana Biselli, presidente da Resorts Brasil, diz que o contexto ainda é de muitos desafios para o setor. "Na hotelaria também está crítico. Trabalhamos com muitos eventos [proibidos por causa da pandemia], e o [turismo] corporativo tem voltado de forma muito tímida. O lazer, que tinha demonstrado demanda interessante aos fins de semana, agora sofre. Há muitas restrições para operar, malha aérea reduzida e o cliente está receoso", disse. Segundo ela, o Perse é fundamental para o setor continuar operando. "Depois da pandemia, as perspectivas para o turismo são muito boas. É um investimento que o governo estará fazendo no país", disse.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186838?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186838?page=1&section=1)

# Vetos presidenciais, liberdade de imprensa e democracia (2)

**Jean Paul Prates, Advogado e economista, é senador da República (PT-RN) e líder da minoria no Congresso Nacional**

A liberdade de imprensa é um dos principais pilares da sociedade livre e democrática. Informação jornalística independente e sem censura garantem o exercício da cidadania. Atacar a imprensa afronta o próprio Estado democrático de Direito, assegurado pela Constituição. Infelizmente, essa parece ser a principal e mais frequente realização do presidente desde que tomou posse.

Nos dois primeiros anos de mandato, Jair Bolsonaro dirigiu ao menos um ataque à imprensa a cada três dias, de acordo com levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O desprezo pela imprensa livre ancora-se em medidas concretas: ofensas e ameaças a jornalistas, suspensão de assinaturas dos jornais pelos órgãos federais, ameaças de cassação da concessão da TV Globo e sucessivas tentativas de acabar com a publicidade oficial em jornais e revistas.

A última agressão se deu na sanção da Nova Lei de Licitações e Contratos, com os vetos 13.16 e 13.27, que tratam da publicidade legal. O primeiro retira a obrigatoriedade de publicação dos extratos dos editais das licitações nos jornais de grande circulação. O segundo estabelece que os municípios só precisam publicar os extratos em veículos de grande circulação local até dezembro de 2023. As informações passariam a ser publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que sequer foi criado.

A medida viola o princípio constitucional da publicidade e do dever de transparência. Pequenos e médios empresários dificilmente poderão monitorar o portal, o que poderá fazer com que as grandes empresas ganhem licitações locais e regionais, em detrimento das pequenas, que geram empregos na própria região.

Compras governamentais representam 12% do **PIB** brasileiro e, por isso, é fundamental que as licitações sejam transparentes e amplamente divulgadas para assegurar a competitividade e o controle social sobre as contas públicas.

Os vetos do presidente não são apenas um ataque à

transparência do governo, mas podem também representar o fechamento de pequenos jornais. Hoje, entre 50% e 70% das receitas dos pequenos jornais, e parcela expressiva das receitas dos grandes, vêm da publicidade legal.

Os vetos presidenciais ferem de morte a liberdade de expressão, pois como bem disse a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em nota pública, "não existe liberdade de imprensa se os próprios veículos deixarem de existir". Ademais, quanto menor a autonomia financeira, mais suscetíveis os veículos ficam a pressões políticas.

Por isso, defendo junto aos líderes do Congresso Nacional que essa agressão à imprensa livre exige uma resposta firme do Parlamento, com a derrubada dos dois vetos.

Em vez de gastar tanta energia política para atacar a imprensa, o presidente da República deveria estar trabalhando para salvar vidas dos brasileiros, ameaçadas pela pandemia.

[...] Os vetos do presidente não são apenas um ataque à transparência do governo, mas podem também representar o fechamento de pequenos jornais. Hoje, entre 50% e 70% das receitas dos pequenos jornais, e parcela expressiva das receitas dos grandes, vêm da publicidade legal

Jean Paul Prates, Advogado e economista, é senador da República (PT-RN) e líder da minoria no Congresso Nacional

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49516&anchor=6433574>**

## Sinais mistos na prévia da inflação (3)

O aumento de preços, tormento para a maioria das famílias, perdeu impulso desde março, a julgar pelos últimos dados, mas é muito cedo para qualquer conversa otimista. O desemprego é alto, o dinheiro é curto mesmo para quem tem trabalho e, além disso, dezenas de milhões ainda precisam do auxílio emergencial. A cesta de consumo ficou 0,60% mais cara no período entre 16 de março e 13 de abril, segundo a prévia da **inflação** oficial, também conhecida como IPCA-15, sigla do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15.

Em março esse indicador havia subido 0,93%. Houve altas em sete dos nove grupos de bens e serviços incluídos na pesquisa recém-divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A alta de preços continua preocupante, apesar do recuo mensal do IPCA-15. O aumento acumulado em 12 meses passou de 5,52% para 6,17%, mas essa média esconde alguns detalhes muito feios. Para a maior parte das famílias, o mais feio de todos é o encarecimento da comida nesse período.

O custo do item alimentação e bebidas subiu 12,17% no intervalo de um ano.

O preço do cardápio básico do brasileiro disparou. O grupo cereais, leguminosas e oleaginosas, onde se incluem arroz e feijão, encareceu espantosos 48,70% nesse intervalo de um ano. Obviamente puxado pela cotação internacional da soja, o conjunto óleos e gorduras ficou 51,77% mais caro.

Com recuo de 1,17% em 12 meses, só a educação, entre os nove grandes grupos de bens e serviços, ficou mais acessível nesse intervalo.

É preciso levar em conta as altas ou baixas acumuladas em períodos de vários meses para avaliar com algum realismo o cenário dos preços. Com variação de 0,36%, o item alimentação e bebidas subiu menos, no período coberto pelo IPCA-15 de abril, do que habitação, artigos de residência, saúde e cuidados pessoais e transportes.

Mas o consumidor continuou pagando, no mercado, na feira e no açougue, preços já muito inflados pela sucessão de aumentos em vários meses. Além disso, o custo de comida e bebida voltou a ganhar impulso. O indicador de março havia mostrado uma alta de 0,12%, um terço da taxa observada no mês seguinte.

Para os consumidores e para os analistas do mercado financeiro, as perspectivas continuam muito ruins. Em abril, a expectativa de **inflação** para 12 meses, medida pela mediana, chegou a 5,6%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essa taxa, 0,1 ponto mais alta que a apurada em março, foi a maior desde outubro de 2018. A pior expectativa, de 6,4%, foi apontada pelas pessoas da faixa de renda mais baixa (até R\$ 2.100 mensais).

Na faixa mais alta (acima de R\$ 9.600), os consultados disseram esperar **inflação** de 5,2% no período de um ano.

No caso do grupo com menores ganhos, a avaliação mais sombria parece refletir a experiência de um longo período de grandes aumentos do custo da alimentação. A comida tem maior peso nos orçamentos mais modestos e a alimentação deixa pouco espaço para outras despesas.

No mercado, as projeções de aumento do IPCA em 2021 têm subido seguidamente. Na última pesquisa Focus, a mediana das expectativas atingiu 5,01%. Quatro semanas antes ainda estava em 4,81%. A **inflação** esperada para o ano tem estado bem acima da meta oficial deste ano (3,75%). Além disso, permanece o risco de ultrapassagem do limite superior de tolerância, de 5,25%.

A **inflação** tem sido impulsionada pelas cotações internacionais de produtos básicos, como soja, minério de ferro e petróleo, e também pelo dólar caro. A valorização da moeda americana em relação ao real é explicável basicamente pela insegurança dos investidores diante das tensões políticas, das incertezas quanto à pandemia e da insegurança sobre o futuro das finanças oficiais e, de modo especial, da dívida pública. As confusões sobre o Orçamento federal têm sido uma das causas mais óbvias dessa insegurança.

Afetando o dólar, as trapalhadas do governo acabam mexendo nos preços e complicando o esforço de milhões para levar comida à mesa.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasileiros têm "vida normal" no exterior após lockdown e vacinação



Lá fora. Moradores de Sydney, na Austrália, correm sem máscara em parque; para a brasileira Paola Victorio, pandemia parece ser coisa do passado



Pablo Pereira Enquanto o Brasil ultrapassa a marca dos 400 mil mortos pela covid-19, tem média de mais de 2 mil mortes diárias e sofre com a vacinação atrasada, brasileiros que moram no exterior já testemunham a vida voltando ao normal em países onde a pandemia do coronavírus está sob controle.

Cidades que tiveram lockdown rigoroso no ano passado, como Sparks, no interior dos EUA, estão com vacinação avançada e já protegem jovens de 16 anos. Em Pequim, na China, onde a peste começou, as crianças têm aulas normais, o comércio está bombando e a economia cresce - no primeiro trimestre de 2021, o **PIB** chinês avançou 18,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

"Nós estamos com a maioria dos estabelecimentos abertos, as escolas estão funcionando desde agosto. E os adultos frequentam o comércio normalmente", conta Natália Gava, de 37 anos, nutricionista de São Paulo que vive em Sparks, no Estado de Nevada, nos EUA, com a família. Natália tem duas filhas, de 5 e 10 anos, e mora no exterior há sete anos e meio.

Do outro lado do mundo, em Pequim, onde vive há três anos, Denise Melo, de 36 anos, testemunha situação semelhante.

Ela conta que já recebeu a primeira dose da vacina e que a capital chinesa tem dias de normalidade depois de ter passado por fortes controles de circulação.

"Aqui, eles respeitaram aqueles três meses de lockdown no início de 2020", lembra.

"E quando começou a reabertura, desempregado de loja foi trabalhar na reforma das ruas", explica Denise.

O Estadão ouviu ainda o depoimento da advogada

Ana Ganzarolli, de 42 anos, que mora em Newcastle, no Reino Unido, cidade que teve reabertura no último dia 12. O coordenador de marketing Guilherme Dorf, de 34 anos, que vive na Austrália, conta que a vida por lá também se normalizou. Em Melbourne, onde Dorf reside, a covid matou 820 pessoas, dos 910 óbitos causados pelo coronavírus ocorridos no país. A única morte de 2021 ocorreu em Queensland, de um homem que havia retornado recentemente das Filipinas. Em toda a pandemia, o Estado teve sete mortes. Para a estudante Paola Victorio, de 26 anos, de Sydney, a pandemia parece ser coisa do passado: a última morte por covid no Estado onde vive foi registrada em 27 de dezembro.

-

## DEPOIMENTOS

Natália Gava, de 37 anos Nutricionista em Sparks (EUA)

"Não esperava que a abertura fosse ser tão rápida"

"Nós estamos com a maioria dos estabelecimentos abertos, com 50% da capacidade, com exceção de danceterias e casas de shows. As escolas estão abertas desde agosto. Nas festas privadas, em casa, temos um limite de no máximo 25 pessoas.

A recomendação também é para que as pessoas usem máscaras, a não ser que estejam vacinadas. O ideal é que as pessoas que não foram vacinadas se encontrem somente com uma outra família de cada vez e que continuem usando máscaras.

Mas as viagens, por exemplo, estão liberadas, desde que se use máscara em todos os transportes.

Nós já tivemos aqui uma abertura, em setembro, mas foi colocada o que eles chamaram de uma pausa em todo o Estado em novembro, porque enfrentamos a segunda onda.

E aí eles diminuíram a capacidade dos estabelecimentos para 25%.

Tivemos um período muito pesado aqui no final do ano. Cancelamos o Natal, passamos somente na minha casa, sem ninguém de fora. Não é fácil. Mas é

por algo mais importante.

Depois disso, foi reaberto no início de março. Eu não esperava essa abertura tão rápida. Acreditava que seria em junho ou julho.

A vacinação atingiu a população acima dos 16 anos em 12 de março. Está tendo muita procura por vacina e é difícil conseguir marcar, mas está indo bem. Já tomei as duas doses da vacina da Moderna."

-

Denise Melo, de 36 anos Editora em Pequim (China)

"Todos têm QR code com seus dados de saúde"

"Há muitos meses não há registro de novos casos em Pequim, e um dos motivos é porque a cidade está fechada. Nenhum voo de outro país chega aqui. Não há casos importados.

As ruas estão cheias, o comércio está aberto, e as pessoas ainda usam máscaras na rua. Para facilitar o controle, nós temos um código QR, que é escaneado em todos os lugares. Nele há todos os dados de saúde: se fez exames, se tomou vacina.

Eu, por exemplo, tenho 36 anos e já tomei a vacina. Já foram vacinados chineses de todas as idades e estão vacinando os estrangeiros.

Sobre a economia, a China cresceu muito rapidamente, é impressionante.

Mas é preciso lembrar que, no começo de 2020, o país inteiro virou um deserto. As pessoas aqui respeitaram aqueles primeiros três meses. E, assim que reabriu, eles começaram a reformar tudo para aquecer a economia. O desempregado da loja que fechou foi reconstruir calçada. E teve bastante ajuda do governo. Eles davam bônus para os chineses poderem comprar comida.

Houve um apoio muito grande.

As pessoas que tiveram de trabalhar tiveram jornada reduzida, sim.

E depois, para reaquecer a economia, ganharam bônus para viagens para outras cidades, como hospedagem gratuita, descontos de 50% na passagem de trem. Isso para reaquecer a economia das regiões pelo turismo interno."

-

Guilherme Dorf, de 34 anos Marketing em Melbourne

(Austrália)

"Se você contrai o vírus, governo dá um auxílio extra"

"Praticamente não sentimos que a doença existe. Quase todo mundo pega transporte público, vai para o trabalho, tem opções de lazer. O único momento que a gente se lembra que o vírus existe é no transporte público, onde temos de usar a máscara. Os anúncios do governo ainda estão presentes, mas a gente já consegue se reunir com amigos, há eventos grandes, conseguimos ficar em lugares fechados sem máscaras.

Desde o começo do ano a situação está bem controlada, mas, por outro lado, cada vez que há qualquer tipo de aumento descontrolado no número de casos - quando falo descontrolado quero dizer dez casos -, a cidade adota o lockdown por um período curto. Hoje estamos colhendo os frutos desse rigor.

A vacinação está devagar. Acho que isso ocorre até pelos números estarem controlados. O governo não está com muita pressa. Eles estão muito cautelosos para escolher as melhores vacinas. Começou agora a ter a vacinação dos grupos prioritários.

O governo ajudou muito o cidadão e os negócios. Houve uma divisão entre australianos e imigrantes, que não receberam o mesmo volume de auxílio.

Mas, ainda assim, consegui acessar um auxílio. O governo faz anúncios para que, se você tiver sintomas, procure postos de saúde para fazer o teste. E ele te dá um auxílio extra para você não circular e transmitir. Isso ajuda no distanciamento social.

-

Paola Victorio, de 26 anos Estudante em Sydney (Austrália)

"Austrália venceu a covid-19 com consciência"

"Ficamos no processo de lockdown por três meses e ele foi levado muito a sério. Foi uma fase de muita restrição, de março até o começo de junho de 2020. Aí começou a abrir, com distância social. A vida normal, mesmo, voltou aqui há dois meses. Cinemas, shows e comércios estão funcionando. As escolas abriram antes. A única coisa que a gente precisa fazer aqui, que eu acho excelente, é sempre que você vai a um restaurante ou supermercado, você deve escanear um código no celular, dar o seu nome e seu e-mail. Dessa forma, eles conseguem rastrear todos os locais onde você esteve. Se houver qualquer caso, eles entram em contato com todas as pessoas que estiveram naquele local naquele dia. O controle é

muito efetivo.

Eu vivo num local onde, com consciência, se conseguiu vencer a doença.

As pessoas têm de ter consciência, pensar na comunidade.

É complicado fazer essa análise porque a Austrália é um país rico e deu um suporte para as pessoas. E, no Brasil, vejo que as pessoas não respeitam as regras do distanciamento porque elas não têm opção.

Sobre a vacina, a previsão para a população inteira da Austrália é ser vacinada até setembro, incluindo imigrantes, estudantes, mesmo que não sejam cidadãos daqui. A previsão é que eu tome a vacina no final de junho."

-

Ana Ganzarolli, de 42 anos Advogada em Newcastle (Reino Unido)

"Governo envia kit de autoexame para sua casa"

"Estamos trabalhando, minhas filhas estão indo para a escola. No comércio, as pessoas voltaram a trabalhar em 12 de abril. Os restaurantes só estão funcionando nas áreas abertas.

Não se pode ainda visitar as pessoas, há uma limitação de encontrar só em área externa, até quatro pessoas, mas, considerando a pandemia que a gente está enfrentando, é uma vida praticamente normal.

Nós ficamos quatro meses totalmente isolados, só saía para fazer compras.

Todo o comércio ficou fechado, escolas também. Agora, reabriu.

Há alguns cuidados adotados desde o ano passado, como dividir os intervalos e os horários de refeição entre as salas para as crianças não terem contato umas com as outras. Queria destacar também um kit que é fornecido aqui. Pelo fato de as escolas terem sido reabertas e as crianças ficarem expostas, elas podem ser um canal de transmissão. Então, o governo incentiva as famílias a pedirem um kit de autoexame, que eles mandam pelo correio. Você não precisa estar com os sintomas para fazer. Você faz em casa. É para evitar a proliferação.

A vacinação está bem avançada. Aqui no norte, como a infecção não foi tão generalizada quanto na capital, a vacinação está mais lenta. Eu tenho a informação de vacinação agora de pessoas com 45 anos." (Ontem, a

vacinação no Reino Unido já alcançava as pessoas de 40 anos e a própria Ana se preparava para ser imunizada).

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Copom deve subir novamente a Selic (2)

**MARILIA FONTES**

Esta semana, teremos reunião do Copom, com a alteração do patamar atual da taxa Selic. No último **comunicado**, o Banco Central (BC) avisou que, caso não houvesse nenhuma grande mudança no cenário, teríamos mais um aumento de 75 pontos-base.

O **comunicado** foi publicado em 17 de março e, de lá para cá, as taxas de juros do mercado futuro permaneceram relativamente estáveis, o real se apreciou cerca de 3% e a Bolsa subiu cerca de 4%.

Pelo lado fiscal, não tivemos nenhuma mudança estrutural, apenas a confusão do Orçamento, com posterior veto parcial e redução das emendas parlamentares.

Os dados de **inflação** de março ficaram em 0,93%, enquanto o mercado esperava 1,03%, também auxiliando um quadro levemente mais benigno de alta nos preços.

Com todos esses indicadores em sentido positivo, ficaria muito difícil o Copom justificar qualquer alta que não o 0,75 ponto porcentual já sinalizado. O mercado aposta em uma alta de 80 pontos, o que significa uma alta probabilidade de 75 pontos e uma probabilidade baixa de 100 pontos. Ou seja, 75 também já estariam precificados.

O que veremos nesta reunião não deve representar uma grande surpresa em termos de magnitude da alta da Selic. O que o mercado deve olhar com cuidado é o conteúdo do **comunicado** divulgado após a reunião. O BC deve indicar os próximos passos do processo de alta da Selic, com altas de 75 pontos ou possibilidade de alguma redução na magnitude dos passos.

O mercado precifica atualmente uma maior probabilidade de redução do passo para 50 pontos. Caso seja indicada uma manutenção, teríamos uma surpresa que resultaria em aumento dos juros de curtíssimo prazo, com possível redução nos juros mais longos.

O mercado entende que, se a autoridade monetária antecipa o ciclo de juros, aumenta a probabilidade de controle da **inflação**, reduzindo a necessidade de juros mais altos lá na frente.

Por isso, há aumento das taxas de juros curtas e redução das taxas longas.

Quando o contrário acontece, ou seja, o BC prolonga o ciclo monetário sendo menos austero no controle da **inflação**, o mercado entende que há mais riscos na missão de trazer a **inflação** para o centro da meta e, portanto, aumenta o prêmio de risco nas taxas de longo prazo.

Se você estiver investido em um título IPCA+ ou prefixado longo, é extremamente importante acompanhar essa dinâmica.

Aumentos da estimativa do mercado a respeito das taxas de juros futuras podem trazer prejuízo ao investidor detentor desses títulos, caso eles decidam vender antes do vencimento.

Por outro lado, reduções nas taxas podem trazer lucros de marcação a mercado e retornos bem maiores do que a taxa inicialmente acordada.

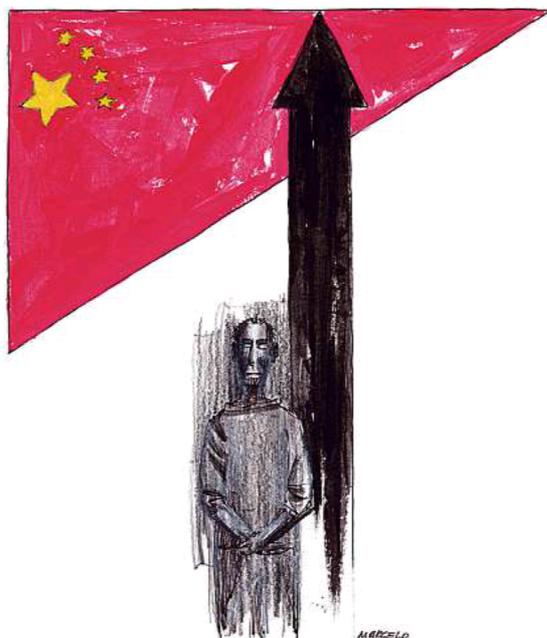
Essas reuniões do Copom acontecem a cada 45 dias, aproximadamente, e são acompanhadas de perto por todos os participantes do mercado. Vale a pena o investidor acompanhar junto e criar uma sensibilidade do impacto delas nos preços de seus títulos.

Mesmo se você investe em renda fixa via fundos, ainda assim é importante acompanhar e se informar a respeito dessas reuniões. Saber o que está acontecendo no mercado vai te ajudar a ser um investidor de fundos mais consciente.

É SÓCIA-FUNDADORA DA NORD RESEARCH E COLUNISTA DO E-INVESTIDOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Envelhecer antes de enriquecer - DEMETRIO MAGNOLI



**DEMETRIO MAGNOLI**

"Três Anos de Desastres Naturais" -foi assim que, cnicamente, o Estado maoísta batizou um dos maiores ciclos de fome registrados na história. Na China, entre 1959 e 1962, algo entre 15 e 55 milhões de pessoas morreram de fome. Os "Três Anos de Dificuldade", na terminologia reinventada em 1981, configuraram o solitário período de declínio populacional desde a fundação da República Popular da China, em 1949. Agora, um tanto ressabiado, o regime chinês prepara-se para anunciar que o declínio populacional tornou-se o novo normal.

O Brasil, sob Bolsonaro, já não consegue realizar censo. A China completou em dezembro seu censo decenal-e descobriu, com alguma surpresa, que sua população não atingiu 1,4 bilhão. Na Grande Fome, a taxa de fertilidade desabou bruscamente de 6,4 filhos por mulher, em 1957, para 3,3, em 1961, antes de se recuperar. Hoje, é de 1,7, pouco menor que a dos EUA (1,8) e aproximando-se da taxa da União Europeia (1,55). A China é o singular exemplo histórico de país que envelheceu antes de enriquecer.

Excluindo eventos extremos, como a Grande Fome, as curvas de taxas de fertilidade comportam-se mais ou menos como imagens invertidas das curvas do **PIB** per capita. As famílias têm menos filhos à medida que aumentam os custos de criação e caem os incentivos

para uniões precoces. Na China, porém, a regra foi rompida pela ação de um regime totalitário. O governo introduziu a política de dois filhos por casal em 1970 e, uma década depois, estabeleceu o objetivo do filho único. O impacto de longo prazo do antinatalismo radical evidencia-se na implosão demográfica em curso.

A taxa de fertilidade recuou de 5,7, em 1970, para, 1,6 em 2000. A curiosa pirâmide etária chinesa exibe uma contração acentuada na faixa de 35 a 44 anos: o vazio deixado pelo forte recuo da natalidade no decênio iniciado em 1975. As sanções destinadas a impor o filho único foram relaxadas desde meados da década de 1980, e, a partir de 2015, o regime passou a estimular as famílias a ter dois filhos. Pouco adiantou: o gênio do controle reprodutivo não voltará à garrafa.

Na Índia, a taxa de fertilidade ainda gira em torno de 2,2. Há pouco, projetava-se que a população indiana se tornaria a maior do mundo em 2026. Tudo indica que a ultrapassagem ocorrerá antes, mas isso é quase irrelevante. Por outro lado, os impactos da implosão demográfica chinesa não devem ser subestimados -e interessam ao mundo inteiro.

A expansão econômica da China baseou-se, desde 1980, na agregação de massas de trabalhadores ao sistema industrial. O envelhecimento demográfico já se tornou um fator limitante, provocando aumento no custo da força de trabalho. O **PIB** chinês, que crescia a taxas médias superiores a 10% entre 1992 e a crise financeira global de 2010, acomodou-se em torno de 6% às vésperas da pandemia. A China atual só pode seguir crescendo pela via de uma contínua escalada tecnológica. Isso exige conservar a rede de intercâmbios que a prende à economia global, um imperativo com óbvias repercussões geopolíticas.

A taxa de fertilidade da China é quase igual à dos EUA, mas seu **PIB** per capita situa-se anos-luz atrás (US\$ 10,2 mil, contra US\$ 65,3 mil). A idade média de chineses e americanos é quase igual (38,4 anos). A política antinatalista maoísta eliminou as antigas famílias numerosas que asseguravam a sobrevivência dos idosos. As reformas de mercado pós-maoístas tiraram dos trabalhadores urbanos as garantias de emprego, moradia e saúde chamadas de "tigela de arroz de ferro". A Lei de Seguro Social, de 2011, criou o atual sistema previdenciário nacional, uma ficção

burocrática ignorada pela maior parte das empresas.

A crise saltou ao palco político em 2014, quando os 40 mil operários de uma fábrica em Cantão descobriram que seus direitos previdenciários eram sonegados-e engajaram-se numa inédita greve de duas semanas, que iluminou os contornos do capitalismo selvagem chinês. EUA, Europa e Japão enfrentam o desafio de oferecer previdência a suas vastas populações idosas. A China encara um dilema similar muito antes de enriquecer.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Pandemia é fator de aumento de risco fiscal em 2022, aponta PLDO

**Edna Simão**

Com a pandemia de covid-19, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022 mostra o aumento dos riscos fiscais devido à forte expansão do endividamento público no ano passado. O anexo V do documento alerta ainda para o fato de a União estar sendo acionada cada vez mais para honrar dívidas não pagas por Estados e municípios e para o elevado patamar das demandas judiciais.

O coordenador-geral de Planejamento e Riscos Fiscais do Tesouro Nacional, Pedro Ivo Ferreira de Souza Júnior, disse ao Valor que é difícil quantificar o efeito da pandemia, mas o impacto é notório, por exemplo, no aumento do risco de refinanciamento da dívida pública e nas incertezas com relação ao comportamento das receitas e despesas ao longo do tempo.

A pandemia se mantém como fator de aumento de risco fiscal em 2022. Uma mudança do cenário dependerá, segundo o técnico do Tesouro, de aprovação de reformas estruturantes que contribuam para diminuir o endividamento no médio prazo, condição necessária para a retomada da economia.

Ele ressaltou que as medidas adotadas pelo governo para minimizar os efeitos do coronavírus na economia fizeram com que as despesas e, conseqüentemente, o endividamento do setor público disparassem em um cenário fiscal que já não era dos melhores. Desde 2014, o país registra resultado negativo e a expectativa é que o retorno de superávit primário aconteça apenas a partir de 2027. A forte expansão dos gastos ainda provocou distorção na visualização dos efeitos dos choques macroeconômicos.

"As incertezas continuam. O risco [aumentado devido à pandemia] tende a ser reduzido com o tempo. O governo já começou a sua campanha de vacinação. A expectativa é que se vacine quantidade significativa da população ao longo de 2021. Isso gera efeito positivo no mercado de trabalho, no **PIB**", explicou o coordenador-geral.

"Não podemos descartar a insegurança da crise desta pandemia. A gente está vivenciando a segunda onda. Estamos com um processo de vacinação caminhando de forma positiva. O governo está alerta a esses

pontos. Não conseguimos quantificar [impacto do coronavírus no aumento do risco fiscal], mas um ponto de alerta de que o governo está atento. À medida que for ocorrendo necessidade de atuação, o governo atua."

O coordenador-geral repetiu a fala de outros membros da equipe econômica de que o governo gastou mais que outros países emergentes para conter a pandemia e que, devido ao elevado endividamento, a margem para adoção de novas medidas é cada vez menor.

De acordo com o anexo do PLDO, a redução do percentual da dívida vincenda em 12 meses é uma condição importante para a diminuição do risco de refinanciamento, pois essa métrica indica a proporção do estoque da dívida que deverá ser honrada no curto prazo.

"A margem de cobertura da reserva de liquidez para pagamento de vencimentos em 2022, particularmente, dependerá da extensão dos impactos das medidas fiscais em resposta à pandemia e ao estado de calamidade em curso sobre as necessidades de financiamento do Tesouro Nacional, bem como das condições de mercado para a emissão de títulos da dívida mobiliária em 2021", informa ainda o relatório.

Outra preocupação do governo elencada no anexo de riscos fiscais é o elevado patamar das demandas judiciais. O total de ações contra a União somou R\$ 2,017 trilhões no ano passado, uma redução de 8,5% ante 2019. A baixa aconteceu porque as chamadas demandas judiciais de risco possível (sem repercussão geral e que o governo acredita ainda ter chance de reverter) tiveram uma queda de 14,5% passando de R\$ 1,540 trilhão em 2019 para R\$ 1,316 trilhão em 2020.

Por outro lado, as demandas de risco provável (que já estão provisionadas no Balanço Geral da União) aumentaram de R\$ 664,1 bilhões em 2019, para R\$ 701,7 bilhões em 2020, uma alta de 5,7%. Além disso, o anexo mostra que os valores efetivamente pagos pela União seguem em alta desde 2013. No ano passado, foram pagos R\$ 51,5 bilhões, o que corresponde a 2,6% da despesa primária total.

Em 2020, também aumentou o risco assumido pelo governo com relação a operações de crédito. O total

de empréstimos garantidos pela União passou de R\$ 255,9 bilhões em dezembro de 2019 para R\$ 296 bilhões em dezembro do ano passado.

Com o agravamento da situação fiscal dos governos estaduais e municipais, entre 2016 e 2020, a União passou a ter que honrar dívidas não pagas por estes entes, o que não havia ocorrido no período entre 2005 a 2015. O total de dívidas honradas pelo governo federal em 2020 foi de R\$ 13,3 bilhões, representando aumento de cerca de 60% ante 2019 (R\$ 8,4 bilhões). Segundo o anexo de riscos fiscais, a previsão é que a União terá que honrar mais R\$ 9,5 bilhões neste ano e outros R\$ 9,4 bilhões em 2022.

O estoque das contragarantias de operações de crédito não executadas também está subindo. No fim do ano passado, era de R\$ 33,5 bilhões, sendo 28% decorrentes de ações judiciais contra a União impetradas pelos Estados de Amapá, Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte e 72% decorrentes de avais a recuperar sob o Regime de Recuperação Fiscal.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

## O custo das incertezas

PLDO de 2022 reforça que riscos fiscais continuam elevados

### Exposição de risco da União relacionada a passivos - R\$ bilhões

	2020	2019
Passivos relacionados a demanda judicial	1.316	1.540
Garantia da União	301,6	279,6
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	114,5	113,1
Passivos contingentes em reconhecimento	113,6	122
Fundos Garantidores	69,2	11,2
Seguro de Crédito à Exportação	37,7	37,4
Passivos relacionados aos Fundos Constitucionais	15,5	14,1
<b>Total</b>	<b>1.968</b>	<b>2.117</b>

### Exposição de riscos da União relacionadas a ativos

Contragarantias não executadas	33,5	17,7
Haveres Financiamento Relacionados a Entes Federativos	647,6	622,8
Haveres Financiamento não Relacionados a Entes Federativos	265,4	267,3
Dívida Ativa	485	441,5
<b>Total</b>	<b>1.431,5</b>	<b>1.349,3</b>

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022

# Economia deve crescer 2,1% neste ano, estima Cemap

## Ana Conceição

Um menor estímulo fiscal e o efeito cumulativo negativo dos choques econômicos provocados pela pandemia sobre empresas e famílias, aliados ao lento ritmo de vacinação no país, devem impedir um crescimento mais expressivo da atividade neste ano, segundo o professor Emerson Marçal, coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap), da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV).

Mais pessimista que a mediana do mercado, ele espera crescimento de apenas 2,1% no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2021, estimativa que também é a mínima registrada no boletim Focus, do Banco Central, que colhe projeções entre algumas dezenas de

instituições do mercado financeiro. A mediana do Focus está em expansão de 3% neste ano.

O nowcast desenvolvido pelo Cemap, que estima a atividade em tempo real a partir de uma série de indicadores, aponta pequena alta de 0,2% para o **PIB** do primeiro trimestre, sobre o último três meses de 2020, com base em dados disponíveis até dia 28 de abril. O dado é usada como insumo para o modelo de previsão para o ano.

A previsão do primeiro trimestre parte dos bons números de atividade já divulgado para janeiro e fevereiro, mas adicionados de uma previsão de queda em março diante do recrudescimento da pandemia, algo que afetou com mais intensidade o mês de abril e pode gerar um segundo trimestre negativo.

A recuperação deve vir no segundo semestre, mas num ritmo mais fraco que a maioria das previsões, diz o economista.

"A economia deve começar a andar em junho, depois de um maio de lado. Estou mais pessimista quanto ao terceiro e quarto trimestre. Houve uma forte sequência de choques sobre a economia, muitas empresas estão passando por dificuldades e a vacinação não avança", diz Marçal, que não vê ainda elementos que garantam um crescimento mais forte até o fim do ano. Ele ainda cita **inflação** e juros de longo prazo mais altos, que ajudam a tirar fôlego do crescimento.

A reedição - com bastante atraso - de programas de apoio como o auxílio emergencial e o BEm, de proteção ao emprego formal, tem menor potência neste ano, e os problemas fiscais não só da União, mas de Estados e municípios, cresceram, observa. "2021 deve ser um repeteco do ano passado, um primeiro semestre piore um segundo semestre de recuperação", diz. A diferença é a magnitude.

Na comparação com mesmo trimestre do ano passado, as estimativas do Cemap são de queda de 0,8% no primeiro trimestre, alta de 8% no segundo trimestre e de 1,1% no terceiro e quarto trimestres. No Focus, as previsões chegaram a apontar queda de 1% no primeiro trimestre, e agora estão na casa do 0,60% negativo. Mas as estimativas para os trimestres seguintes têm sido reduzidas lentamente nas últimas semanas.

Marçal pondera que a construção de cenários macroeconômicos neste ano tem sido especialmente difícil, até por questões de ordem política. A CPI da pandemia e os embates entre Executivo, Legislativo e Judiciário contribuem para injetar mais incertezas ao cenário.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Incerteza política sobre planos de Biden pode elevar déficit nos EUA

**Kate Davidson**

O pacote de alívio à covid-19 de US\$ 1,9 trilhão do presidente americano, Joe Biden, foi financiado totalmente com dinheiro emprestado. Agora, ele está propondo gastar mais cerca de US\$ 4,5 trilhões em programas sociais e de infraestrutura, sem aumentar os déficits.

"Podemos fazer isso sem aumentar os déficits", disse Biden, em sessão do Congresso na quarta-feira, em que detalhou aumentos de **impostos** sobre ricos e empresas, para pagar programas que vão de construção de estações de carregamento de baterias de carros elétricos à assistência à infância.

Mas alcançar esse objetivo dependerá de uma série de variáveis políticas e econômicas, algumas fora de seu controle. Entre elas, a aceitação de sua proposta de aumento de **impostos** por democratas moderados e duração desses aumentos por tempo suficiente para cobrir os custos extras.

Juntas, as propostas acrescentariam US\$ 1,3 trilhão aos déficits do governo nos próximos dez anos, segundo a Comissão por um Orçamento Federal Responsável (CRFB, na sigla em inglês) e da Cornerstone Macro Research. Eles afirmam que o rombo será compensado nos anos posteriores, se os aumentos dos **impostos** forem mantidos e parte dos gastos, reduzida.

"Acho que está claro que a ideia é gastar primeiro, gerar muitos investimentos que acreditam que proporcionarão retornos à economia, e reduzir a dívida de longo prazo", diz Marc Goldwein, vice-presidente da CRFB.

Mas Goldwein diz que depender da receita que será criada daqui a dez anos é arriscado. Quando democratas aprovaram o Obamacare em 2010, eles incluíram na lei dispositivos para aumentar receitas que de lá para cá foram revogados.

Os déficits, que antes da pandemia já eram elevados, dispararam desde março de 2020, depois que o Congresso aprovou medidas de gastos para combater a pandemia e proteger a economia de uma recessão. Além disso, o fechamento de muitos negócios e as demissões afetaram a arrecadação fiscal.

Isso elevou a dívida dos EUA de US\$ 17,4 trilhões antes da pandemia para US\$ 21,6 trilhões quando Biden assumiu, equivalente a 100% do **PIB**. Economistas alertam que gastos alimentados por endividamento podem elevar juros e **inflação**, embora isso não tenha ocorrido nas últimas décadas.

Republicanos vêm apontando para o aumento da dívida pública como motivo da contenção dos gastos e alertam que os aumentos dos **impostos** poderão prejudicar a economia ao desencorajar investimentos privados. Alguns democratas argumentam que o corte de **impostos** de US\$ 1,5 trilhão implementado pelos republicanos em 2017 contribuiu para déficits fiscais maiores antes da pandemia.

Nos últimos anos tem havido entre economistas uma mudança no consenso sobre os perigos dos déficits e do endividamento, com alguns deles, incluindo assessores de Biden, argumentando que numa era em que as taxas de juros e a **inflação** deverão continuar muito baixas, os EUA têm a capacidade de tomar emprestado mais do que o que antes se achava prudente.

Biden abraçou tais argumentos quando propôs o pacote de alívio à covid de US\$ 1,9 trilhão financiado por endividamento, afirmando que valia a pena contrair empréstimos para estimular a recuperação e evitar danos de longo prazo.

O pacote, aprovado em março, deverá aumentar a dívida nacional para 108% no ano fiscal de 2021, em comparação a 102% antes da promulgação, segundo a CRFB.

Agora, Biden propôs mais dois pacotes - um voltado para infraestrutura e outro para as famílias -, que, segundo ele, aumentarão o crescimento no longo prazo com novos investimentos em rodovias, pontes, pesquisa e desenvolvimento, energia limpa, assistência à infância acessível etc.

Para pagar os planos, ele quer elevar a taxa do imposto corporativo de 21% para 28%, aumentar o teto do imposto sobre ganhos de capital de 23,8% para 43,4% e taxar os ganhos sobre ativos como se eles fossem vendidos quando alguém morre - propostas que gerariam receitas suficientes nos

próximos 15 anos para compensar o aumento dos gastos, diz a Casa Branca.

Juntos, os pacotes preveem US\$ 4,5 trilhões em gastos e US\$ 3,2 trilhões em receitas nos próximos dez anos. A diferença de US\$ 1,3 trilhão seria coberta por **impostos** maiores nos próximos cinco anos.

A secretária do Tesouro, Janet Yellen, disse ontem que os juros estão baixos e provavelmente continuarão, "mas precisamos de margem fiscal para poder lidar com emergências". "Não queremos usar toda essa margem e, no longo prazo, os déficits precisam ser contidos", disse Yellen à NBC.

A CRFB estima que a proposta de infraestrutura de US\$ 2,3 trilhões de Biden aumentará os déficits em cerca de US\$ 900 bilhões em dez anos, levando a dívida para cerca de 116% do **PIB** em 2031.

Depois disso, o plano começaria a encolher os déficits e o endividamento cresceria para 146% até 2041, menos que os 149% projetados pelo Escritório de Orçamento do Congresso (CBO).

Mas, para isso acontecer, Goldwein afirma que as autoridades teriam de permitir que programas de gastos temporários, como de assistência à infância, tivessem seu fim conforme o planejado, enquanto o aumento de **impostos** continuaria - fatores que dependem de qual partido controla o Congresso e a Casa Branca.

A estimativa da CRFB bate com análise do Penn Wharton Budget Model, que constatou que o plano de infraestrutura de Biden aumentaria a dívida em dez anos, mas a reduziria até 2050, em comparação às atuais projeções do CBO.

Os **impostos** mais altos ajudariam no panorama fiscal, mas o Penn Wharton constatou que eles acabariam reduzindo o crescimento econômico ao desencorajar os investimentos das empresas.

Finalmente, o plano de assistência às famílias, que inclui a universalização da pré-escola, dois anos de faculdades comunitárias gratuitas e um programa nacional pago de licença maternidade, prevê US\$ 1,8 trilhão em novos gastos e US\$ 1,5 trilhão em aumentos de **impostos** nos próximos dez anos.

Juntas, as propostas de Biden parecem se pagar em 15 anos, mas incertezas permanecem, segundo Donald Schneider, analista da Cornerstone Macro Research e ex-assessor republicano no Congresso.

Também é colocada em dúvida a capacidade de Biden de ter apoio suficiente no Congresso. Com os

republicanos se opondo a grandes programas de gastos e aumento de **impostos**, ele precisará do apoio de quase todos os democratas.

Democratas moderados manifestaram reservas ao aumento de **impostos**. Se os democratas não apoiarem todas as suas propostas, Biden poderá ser forçado a reduzir planos de gastos, iniciativa que levantaria objeções de progressistas.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>